



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.

ISSN 2594-8806

Ano 5, Vol. V, Número 1, jan- jun, 2021, p.552-601.

RELAÇÕES ECONÓMICAS SINO-AFRICANAS NA ERA GLOBAL: DRAGÃO DEVORA ELEFANTE COM PAUZINHOS

Jafar Silvestre Jafar

Resumo

As relações sino-africanas remontam ao século I d.C. e evoluíram ao longo do tempo em função da dinâmica histórica. Com efeito, depois da revolução chinesa e da conferência de Bandung elas tornaram-se oficiais e, durante a libertação de África, a China proveu ajuda como forma de exportar a sua ideologia. Entre o fim do século XX e a aurora do XXI, a China tornou-se a segunda maior potência económica mundial, o que mudou a configuração das relações sino-africanas passando de político-ideológica para económico-financeira. Desse modo, através do modelo *Resources for Infra-structures*, África tornou-se uma fonte de matérias-primas e consumidora de bens e serviços chineses. Este artigo analisa numa perspetiva histórica a evolução das relações sino-africanas de forma geral e o impacto económico, financeiro e social no lado africano em particular, olhando para a dissonância entre as ameaças e riscos que elas representam para África e o discurso otimista da maioria dos dirigentes africanos.

Palavras-chaves: África, China, RFI, RESA, FOCAC

Abstract

Sino-African relations date back to the first century of the C.E. and have evolved over time as a function of historical dynamics. Indeed, after the Chinese revolution and the Bandung conference they became official, and during the liberation of Africa, China provided aid as a way of exporting its ideology. Between the end of the 20th century and the dawn of the 21st century, China became the world's second largest economic power, which changed the configuration of Sino-African relations from political-ideological to economic-financial. Thus, through the *Resources for Infrastructure* model, Africa has become a source of raw materials and a consumer of Chinese goods and services. This article analyzes in a historical perspective the evolution of Sino-African relations in general and the economic, financial and social impact on the African side in particular, looking at the dissonance between the threats and risks that they represent for Africa and the optimistic discourse of the majority of African leaders.

Keywords: Africa, China, RFI, RESA, FOCAC

Introdução

Desde a antiguidade até aos dias de hoje, nunca se viu um só país, reino ou império a explorar simultânea e velozmente recursos naturais em grande quantidade e variedade como a China faz no mundo desde a aurora do séc. XXI: nem o Egito Faraônico, nem a Grécia Antiga, nem o Império Romano, nem o Império Otomano, nem os impérios coloniais europeus, e nem os EUA o fizeram. A julgar pela astúcia com que a China explora vários recursos ao nível global, sobretudo em África, como descreve Moyo (2013), ela torna-se imperialista (Metcalf, 2011 *apud* Turner et al., 2014: 84). Aliás, com o *softpower* (poder suave) que a China se relaciona com o Sul Global particularmente com África (Cooke, 2009: 27-44), pode-se considerar que o imperialismo chinês é o mais sofisticado de todos os tempos.

Aplica-se o conceito *imperialismo* tendo em atenção três aspetos: primeiro, a rápida e dominante expansão económica e financeira. Neste processo, por um lado, vê-se a China como “Estado que domina outros através da exploração económica e financeira, migração massiva de cidadãos” (Hobson, 1902), e por outro lado, “como um regime que usa o poder hegemónico de empresas monopolistas para exportar capitais em forma de investimento, mapear e explorar matérias-primas, e controlar de mercados” (Lenine, 1916; Nkrumah, 1965; Vakrushev, 1975). Segundo é a questão geoestratégica, esta manifesta-se, de entre vários fatos, através da *Belt and Road Initiative* (BRI) (Nova Rota da Seda) por meio da qual a China passar a controlar importantes corredores, portos e mares que ligam África, Ásia e Europa (Dorell, 2018; Hung, 2018; Dollar, 2017); a disputa pelas Ilhas Spratly e a ocupação dos recifes mischief (Dzurek, 1996), no quadro do domínio regional ásia-pacífico (Hung, 2018: 1 e 26). Terceiro tem a ver com a modernização e expansão militar. Nos últimos anos, a força militar chinesa tem vindo a sofisticar-se em termos materiais e humanos, estando perto de ultrapassar a dos EUA (Dorell, 2018). Paralelamente a isso, Connars (2018) diz que “a China está buscando acesso a portos e bases em todo Oceano Índico”. Assim, a construção da base naval chinesa em Djibouti, “reflete o crescimento dos interesses militares da China para salvaguardar seus interesses económicos em África e Ásia” (Fei, 2017). Com efeito, o modelo de desenvolvimento chinês, baseado na exportação de capitais, insere-se na ordem neoliberal,

segue os trilhos capitalista-imperialistas e visa conquistar influência econômica e política no exterior (Hung, 2018: 1).

A China está presente em toda parte do mundo, sobretudo em África, e está a levar tudo; desde as matérias-primas pesadas como petróleo, gás e minérios, às matérias-primas leves como madeira e produtos alimentares (Lumumba, 2018; Moyo, 2013). Além disso, a China está a pescar quantidades inestimáveis de recursos marinhos em África (Greenpeace, 2015), e a usurpar extensas terras aráveis para o agro-negócio (Hees, 2013, 30-33; Sun, 2011: 14-23).

Esta “omnipresença” chinesa em África, e a ferrenha competição que ela gera em relação às potências europeias, coloca este África numa nova disputa imperialista (*The New Scramble for Africa*). Presumivelmente, este cenário poderá desembocar num conflito à semelhança dos havidos durante os processos de corrida e partilha de África e que foram motivo da realização da Conferência de Berlin 1884-1885, e os ocorridos durante a Primeira Guerra Mundial (Crowder, 2010: 319-328). Aliás, é nesta perspetiva que, Wengraf (2018), no seu artigo *China vs the US: The New Scramble Imperial for Africa*, considera que “a corrida pelos lucros, a volatilidade econômica e a militarização em toda a África prometem apenas instabilidade, crescente exploração e violência”; o que, como diz Hung (2018), pode precipitar uma nova competição entre potências imperiais.

Com efeito, historicamente, as relações sino-africanas resultam de longo processo de contactos que remontam ao séc. I d.C., período a partir do qual comerciantes, diplomatas e navegadores chineses estabeleceram laços comerciais a costa oriental africana. No transcorrer do tempo, quer a China como a África sofreram mudanças internas profundas: a África viveu um longo período de reinos e impérios até séc. XV, foi palco de tráfico negreiro e do colonialismo europeu entre o séc. XV e XX; a China, por sua vez, viveu numa longa era dinástica até ao último quartel do séc. XVIII, foi palco de invasões imperialistas e conflitos internos até 1949, ano da criação da República Popular (RPC).

Na verdade, desde os tempos mais recuados, a China sempre teve aspirações imperialistas, mas um imperialismo sem uso da força (Carter, 2017; Metcalf, 2011 *apud* Turner *et al.*, 2014). Por isso, com a realização da conferência de Bandung em 1955, ela não perdeu o ensejo de ‘exportar a sua revolução’ e expandir a sua influência para África. Este

processo ocorreu num momento oportuno, pois África procurava libertar-se do colonialismo, por um lado, e o mundo estava confinado na lógica bipolar da Guerra Fria, por outro lado.

Finda a guerra fria, sobretudo desde a aurora do século XXI, e com a irrupção da crise económica e financeira mundial 2008-2009, o mundo passou do bipolarismo para o multipolarismo caracterizada pelo nascimento de novas geografias imperiais das quais a China emergiu como uma potência económica e industrial e, por conseguinte, um ator global com visão geoestratégica ajustada à nova ordem mundial. E, para manter essa posição, e tirando partido da Cooperação Sul-Sul, a ela passou a explorar vários recursos naturais sobretudo petróleo, minérios e madeira da América Latina, Médio Oriente, Oceânia e África.

Em África, este processo tomou uma configuração peculiar pelo fato de o modelo adotado ser insustentável a longo prazo não apenas por centrar-se em recursos naturais finitos, mas também por ameaçar empresas e mercados locais, entre outros malefícios. Esta realidade gera um debate amplo. Assim, em jeito de contribuir neste debate, e talvez diferentemente de vários outros, este trabalho tenta, primeiro, abordar as relações sino-africanas numa perspetiva histórica tentando periodizar os momentos marcantes desde os tempos mais recuados até as atuais relações económicas sino-africanas (RESA), tendo em conta as seguintes questões: Como evoluíram as relações entre China e África? Em que contexto a China mudou de “aliado” político-ideológico para parceiro económico? Segundo, analisa o impacto das RESA olhando para o contexto da corrida aos recursos, a anatomia dos eixos com essa corrida é feita (ajuda, comércio e investimento) e, sobretudo, a fisiologia do modelo *Resources for Infrastructures*. Deste modo, recorrendo a uma mescla de revisão de literatura e análise de discurso dos governantes africanos (GA) (otimistas) e dos académicos (céuticos e críticos), esta análise procura-se responder o seguinte: Porquê é que a China adota este modelo para África? Como funciona o modelo? Quais são os resultados produzidos pelo modelo? Que ameaças este modelo representa para África?

1. Breve revisão de literatura

Historicamente, nas duas últimas décadas, as relações económicas sino-africanas cresceram sem precedentes; os volumes de ajuda, comércio e investimento chineses para África aumentaram exponencialmente. Contudo, às suas dinâmicas, modalidades e impactos

provocam uma infinidade de indagações e, por consequente, levanta enorme onda de debates entre autores críticos (e de algum modo céticos) e otimistas.

Uns autores otimistas, como por exemplo (Sun, 2014), consideram que “com ajuda a China pretende ajudar a África a alcançar desenvolvimento sem interferir em políticas domésticas, enquanto “ator responsável””; outros pensam mesmo que “com o FOCAC, iniciado em 2000, Beijing renovou a importância de África” (Davies et al., 2008: iv), pois “o investimento chinês não apenas melhora economia de África” (Donou-Adonsou & Lim, 2018: 71), mas também “reduz a marginalização de África na economia global (Zafar, 2007: 103). Aliás, ao ser maior financiador de infraestrutura em África, a China está a desempenhar um papel importante no desenvolvimento” (Foster et al., 2009: 73).

Porém, muitos autores que criticam a China. A título de exemplo, Bräutigam, 2009: 307-312) descreve que “a China exporta mais crédito para África que ajuda ao desenvolvimento em relação aos doadores ocidentais, a concessão dos créditos é condicionada aos seus bens e serviços e reembolsáveis com garantia de recursos naturais, a sustentabilidade e transparência dos acordos de dívida sobre projetos é questionável, os bancos que financiam tais projetos são ‘agências de freio’, suas exportações esmagam as manufaturas africanas. Por isso, suas prendas do dragão são misteriosas e ambíguas”.

Aliás, “o padrão de ajuda chinesa ao desenvolvimento de África diverge com o dos países do OECD em termos de definição e transparência na gestão dos créditos concessionais” (Bräutigam, 2010; AidData, 2015; Schiere, Ndikumana & Walkenhorst, (eds.), 2011). Em 2006, o financiamento chinês às infraestruturas em África foi US\$8 bilhões contra o dos países do OECD que foi de US\$5 bilhões (Foster et al., 2009: 74); mas, “diferentemente o dos países da OECD, o investimento chinês foi dado aos países ricos em recursos naturais” (*Ibid.*).

Adicionado a isso, “com a irrupção da crise mundial de alimentos 2007-2008, a China investiu massivamente no sector agrícola em vários países africanos tornando-se o maior usurpador de terras” (Bräutigam, 2015). Esse foi (e continua a ser), de fato, um dos aspetos que mostra que a crescente presença chinesa em África, motivada pelos recursos vitais e conquista novos mercados; e, isto altera as relações de África com o Mundo (Alden, 2005).

Assim, Beijing enceta uma ofensiva comercial e diplomática e ignorando questões políticas em África, desafiando às nações do Ocidente (Alden, 2012), fato que torna o Ocidente cada vez mais alarmado e frenético não apenas pelo fato de a China dispor de recursos financeiros para investir em África, mas também pela ameaça de derrubar seus interesses (*Idem.*, 2005). Contudo, apesar dos governos responderem a presença chinesa com entusiasmo, na esperança de obter investimentos e ajuda sem condicionalismos políticos, as relações sino-africanas são caracterizadas por um quadro assimétrico a favor da China (*Ibid.*).

Com efeito, “a China tem vindo a canalizar muita ajuda ao desenvolvimento aos países africanos, mas a ajuda é desestabilizadora, má para governação, mal informada e não parece que vai ajudar à África a erradicar a pobreza” (Brautigam, 2009: 7, 307 *et seqs.*). Ao contrário dos do FMI e do Banco Mundial, “os empréstimos chineses afetam ativos importantes dos estados devedores na medida são garantidos pelos recursos naturais, fazendo com que, muitas vezes, não ofereçam viabilidade comercial a favor dos países africanos” (Chellaney, 2017). De fato, “a China está extraíndo recursos de África sem benefícios significativos na indústria e no desenvolvimento locais, por isso é um dos contribuintes para o subdesenvolvimento e desindustrialização de África” (Mlambo, Kushamba & Simawu, 2016).

Além disso, “o domínio comercial da China em Africa afeta consideravelmente os fluxos comerciais entre os países da África Subsaariana, impedindo o desenvolvimento multilateral dos mercados domésticos africanos” (Su, 2016: 54). Por exemplo, entre 2005 a 2010, “a China investiu cerca de 4 bilhões no petróleo, gás natural e minérios na África do Sul, Nigéria, Sudão, Zâmbia, Argélia, Egito, Maurícia e Etiópia encurralando e monopolizando o mercado dessas matérias-primas em África” (Moyo, 2013: 92).

Paralelamente a isso, “a China financia e constrói várias infraestruturas em África, mas grande parte de caminhos-de-ferro, estradas e portos visam facilitar a extração, transporte e exportação das suas matérias-primas” (Moyo, 2013: 11). Por isso, “as políticas da China na África são vistas como sendo de interesse próprio, pois visam satisfazer o interesse nacional e consolidar o seu poder econômico, ou melhor, as políticas de ajuda chinesa ao desenvolvimento em África são uma miragem” (Botha, 2006: 108).

Neste contexto, “ajuda chinesa é vista como um instrumento de política externa através do qual a China envolve-se em assuntos humanitários, económicos e sociais como

educação e saúde, incluindo a expansão cultural em África, e, ao mesmo tempo, demonstra o seu *soft power*¹” (Carter (2017: 4). Mas, na verdade, a China usa uma mão de ferro revestida de luva veluda (Chellaney, 2017).

No quadro da corrida aos recursos naturais, a China pratica o *dumping* de preços ao exportar e vender bens e serviços a preços relativamente baixos do que os praticados nos mercados domésticos em África (Moyo, 2013: 149). Este fenómeno verifica-se sobretudo nos setores de construção civil e têxteis, quebrando os níveis de produção e causando sérias ameaças às indústrias têxtil e de construção civil africanas (*Ibid.*). Curiosamente, os africanos pouco debatem sobre os efeitos económicos e sociais do encerramento de fábricas e despedimento de trabalhadores como resultado dessa concorrência desleal por um lado, e muito poucos governos africanos têm tomado medidas sérias para conter esse cenário, por outro lado (*Ibid.*).

No sector de infraestruturas, os chineses estão a ter muito sucesso em África que os próprios africanos (Dadvar, 2016: 23); e, nota-se, que “o comércio e investimento chineses impõem enormes desafios de governação e gestão macroeconómica em África, devido às potencialidades da irrupção da doença holandesa” (Zafar, 2007: 103). Mas, não se pode perder de vista que, “se os africanos não têm sucessos o problema não é dos chineses, pois estes estão a explorar oportunidades que lhes são dadas. Os africanos devem engajar-se, fazer o seu melhor, corrigir seus erros para terem sucesso” (Mutambara *apud* Inahko, 2012).

Diante disto, urge, mais do que nunca, a necessidade dos governantes africanos, redefinirem estratégias de uso dos recursos chineses para que África se desenvolva (Dadvar, 2016: 23). Os governantes africanos precisam de perceber que “a China tem como alvo as nações com recursos naturais valiosos e, para maximizar seus ganhos, explora tais recursos com seus meios humanos e materiais, desrespeitando as normas ambientais e obrigações sociais” (Osongu & Ssozi 2015: 27). Aliás, a China investe seus capitais exibindo baixos ou nenhuns vínculos com empresas nacionais e comunidades locais dos países africanos, ou melhor, sua prioridade ou interesse primário não é desenvolver o continente africano (*Ibid.*).

2. Evolução histórica das relações sino-africanas: dos primeiros contactos ao séc.

XXI

¹ O poder subtil de influenciar o comportamento dos seus parceiros a seu favor.

É muito difícil periodizar as relações entre a China e a África devido à sua antiguidade e complexidade, porém, em função dos fatos históricos marcantes ocorridos ao longo do tempo, pode-se tentar traçar uma cronologia partindo do séc. I d. C. até aos nossos dias. Arrisca-se, assim, considerar que as relações sino-africanas desenvolveram-se em quatro grandes períodos: (1) Período de navegação e do comércio marítimo, de séc. I d. C. a 1850; (2) Período dos *Coolies*, 1850-1940/9; (3) Do nascimento da China ao fim da Guerra Fria (1949-1989); e (4) Corrida aos recursos naturais africanos, de 1990/2000 até aos dias que hoje.

a. Primeiro período (do séc. I d. C. a 1850) – navegação e comércio marítimo

Os primeiros contatos entre chineses e africanos remontam ao séc. X a. C., altura em que chineses e egípcios estabeleceram relações comerciais (Pereira, 2010: 20). Aliás, evidências dadas por arqueólogos e historiadores que participaram da “*Exploring China’s Ancient Links to Africa World Conference*” realizada de 29 a 31 de outubro de 2014, em Addis-Ababa, revelam a existência de contactos regulares desde o séc. I d. C. em diante.

No séc. I d. C., navegadores e mercadores chineses chegaram ao mar eritreu; no período dinástico Han (206 a. C-220 d. C.) outra vaga de chineses estabeleceu relações mercantis com Alexandria (Egipto), e aventava-se que também chegaram ao porto Adulis, no antigo reino Aksumita (Etiópia). Moedas de cobre da época foram achadas na caverna de Kuumbi (Zanzibar) e no antigo sultanato de Kilwa (Tanzânia), revelando que houve relações comerciais entre Kaifeng e a costa oriental africana durante a dinastia Song (960-1279 d. C.). Na vigência da dinastia Yuan (1271-1368), chineses chegaram a Madagáscar e, nesse tempo, o monge e geógrafo taoista, Zhu Siben, desenhou um mapa incluindo a parte sul de África.

Um dos períodos mais marcantes deste longo processo foi o da dinastia Ming (1368-1344), que, durante o qual, além de os mercadores e diplomatas chineses terem estabelecido contactos regulares com Egipto, Etiópia e Somália (Mogadishu e Barbera), realizaram-se sete grandes expedições marítimas comandadas pelo almirante e diplomata chinês, Zheng He, para o que na época se chamava de “oceanos ocidentais”. De fato, as expedições de Zheng He² realizaram-se em cumprimento dum projeto expansionista da China para as regiões do

² Cf. Wei, Yang (2014), *Admiral Zheng He’s voyages to the “West Oceans”*, *Education about Asia*, vol.19, págs. 26 a 30.

Sudoeste asiático, Golfo pérsico e África oriental. Numa dessas expedições, “Zheng He levava consigo pouco mais de 300 barcos (levando alimentos, água e outros bens, além de barcos de guerra com canhões e barcos de patrulha) e um contingente de 28 mil homens” (Wei, 2014: 26).

Provavelmente a expedição de Zheng He tenha sido a maior armada da época e só viria a ser suplantada pelas incursões navais ocorridas durante o desencadeamento das duas guerras mundiais, na primeira metade do séc. XX (Wei, 2014: 26) e pelas duas grandes expedições de Kublai Khan³ aquando da invasão ao Japão, a primeira das quais foi realizada em 1274 com um contingente de 40 mil homens e 900 barcos e a segunda em 1281 com 4.400 navios e 140 mil homens (Yamashiro, 1964:67-8).

Com efeito, por meio das expedições marítimas realizadas na era Ming, sobretudo a de 1413, a China, através de Zheng He, explorou a costa oriental africana navegando mais ao sul, ou seja, estabelecendo contactos comerciais⁴ nas zonas costeiras da Somália, Quênia, Tanzânia e presumivelmente de Moçambique. Assim, relata-se que até ao reinado da dinastia Qing (1644-1911), as relações comerciais sino-africanas já estavam consolidadas.

Diferentemente da política colonial dos navegadores europeus do séc. XV, durante esse período, a armada chinesa não implantou autoridade colonial sobre povos autóctones e nem sobre os mares, pelo contrário estabeleceu contatos comerciais e diplomáticos de forma pacífica (Shelton & Paruk, 2008: 15). Contudo, nesses contatos, os chineses sempre rotularam os africanos como preguiçosos e sem virtude moral (Wei, 2014: 26). Aliás, até mesmo hoje em dia, através do seu romance, intitulado por “Cisnes Selvagens”, Chang (2001: 390) considera que “os africanos são menos desenvolvidos e não controlam seus instintos”.

b. Segundo período (1850-1940) – China fonte de *Coolies* para África

Dos meados do séc. XIX aos finais do séc. XX, a parte Sul da China tornou-se fonte de mão-de-obra para administrações e companhias coloniais. Este fato deveu-se, (i) ao despovoamento de África causado pelo longo tráfico negreiro, (ii) ao avanço do movimento abolicionista, e (iii) à habilidade e baixos custos dos trabalhadores chineses. Durante esse

³ Kublai Khan foi neto de Gengis Khan, imperador Mongol (1162-1227 d. C.).

⁴ Geralmente, nessa época o comércio baseava-se na troca de seda e porcelana chinesas por animais africanos como girafas e zebras (Sant’ana, 2008: 7).

período, saiu de Guangzhou (ou Cantão) um número não especificado de *coolies*⁵ para as América Latina e África ao serviço de autoridades coloniais ou companhias europeias.

Assim, nos finais do séc. XIX começaram a chegar *coolies* de Cantão para trabalharem na Companhia das Índias Holandesas na Cidade de Cabo (África do Sul) e em várias plantações britânicas e francesas desenvolvidas em Madagáscar, Maurícias, Seychelles e Reuniões. E, “em 1858, o Governador português João Tavares d’Almeida contratou 30 artesãos chineses para a Ilha de Moçambique. Em 1887, a companhia de Moçambique contratou *coolies* chineses para a construção do Porto da Beira e da linha férrea Beira-Umtali” (Medeiros, 2007).

c. Terceiro período (1949-1989) – Da Revolução ao fim da Guerra Fria

De 1912 a 1949 a República da China viveu vários conflitos internos, e desse espectro de conflitos irrompeu a Revolução Comunista, tendo triunfado em 1949, e culminando com o nascimento da República Popular da China (RPC). Em Abril de 1955, aquando da realização da Conferência de Bandung⁶, a China lançou os 5 princípios de “Coexistência Pacífica”⁷. Curiosamente, a visão da Conferência de Bandung não fugiu a dos princípios da diplomacia chinesa nos aspetos de cooperação económica entre os países do *Terceiro Mundo* e de ajuda mútua no processo de luta contra o colonialismo e imperialismo. Com efeito, a Conferência de Bandung foi um veículo com o qual China “exportou a sua revolução” para África.

Poucos anos depois da conferência, uma missão diplomática chinesa, movida por interesses comerciais e liderada pelo Ministro de Comércio Externo Yen Chi-chuang e os Vices-Ministros Kiang Ming e Lu Hsu-Chuang, embarcou para África. A partir desse momento, as relações sino-africanas evoluíram de meros contactos comerciais para o nível interestatal através da aplicação de mecanismos diplomáticos formais.

Em 1956, realizou-se no Egipto a primeira conferência sino-africana na qual o então Presidente Egípcio, Gamal Abdel-Nasser Hussein, reconheceu a China como parceiro

⁵ O termo *coolie* vem do hindu “kuli” que é trabalhador braçal. No início, *coolie* eram estivadores ou bagageiros dos recintos ferro-portuários. Entre o séc. XVII e XX, o termo passou a designar a chineses, indianos ou de outros países asiáticos que trabalhavam nas casas privadas, nos portos, terminais ferro-portuárias, nas plantações, etc.

⁶ A Conferência realizou-se na Indonésia de 18 a 24 de Abril de 1955. Dos 29 países participantes do evento apenas 6 eram africanos, nomeadamente: Egipto, Etiópia, Gana, Líbia, Libéria e Sudão.

⁷ Os princípios são: (1) Respeito mútuo a soberania e a integridade territorial, (2) Não-agressão mútua, (3) Igualdade e vantagens recíprocas, (4) Não ingerência em assuntos domésticos, e (5) Coexistência pacífica (Lopes, do Nascimento, Vadell, 2013).

(Ayenagbo, 2012: 6421) e no ano seguinte, Argélia, Marrocos, Guiné e Sudão também a reconheceram. Nos anos 60 e 70, a China apoiou os países africanos no processo de luta de libertação ampliando sua esfera de influência e procurando a África como aliada à sua luta contra o imperialismo e a hegemonia europeia (Li, 2007:71).

De 13 de dezembro de 1963 a 5 de janeiro de 1964, o Primeiro-Ministro Chinês, Zhou Enlai, e o Vice-Primeiro Ministro, Chen Yi, visitaram Egito, Argélia, Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália. Durante esse períplo, Enlai criticou veementemente o colonialismo e imperialismo europeu; encorajou aos movimentos africanos a lutarem pela independência e paz; e lançou, em Accra, um programa de ajuda econômica e assistência técnica⁸ a África. Em consequência disso, o número de países africanos amigos da China⁹ aumentou de pouco menos de uma dezena em 1965 para 28 em 1972, processo acompanhado por visitas diplomáticas mútuas. Do lado africano, o primeiro governante a visitar a China foi Sekou Touré, o então Presidente da Guiné Equatorial, em Setembro de 1960; e do lado Chinês, desde a fundação da China até aos nossos dias, vários dirigentes visitam África com regularidade, sendo que os primeiros quatro foram Jiang Zemin, Mao Zedong, Deng Xiaoping, Zhou Enlai.

Neste quadro, o líder chinês Mao Zedong mobilizou recursos humanos, materiais e financeiros para apoiar as lutas de libertação dos países africanos enviando, entre 1960 e 1970, cerca de 180 000 técnicos chineses para trabalharem em projetos de agricultura, educação, saúde, infraestruturas e tecnologias em África (Park, 2009; Heroz, 2011), além da assistência técnico-militar dada aos movimentos libertadores africanos.

Nos anos 1970, a China levou a cabo um programa de ajuda a África orçado em US\$ 1.815 milhões e ao mesmo tempo financiou vários projetos como, por exemplo, a linha férrea Tazara (Tanzânia-Zâmbia). Na mesma época, a China contou com o voto dos países africanos para a sua acreditação na Organização das Nações Unidas a respeito de questões de Direitos

⁸ Cf. Sathl, Anna Katharina (2016), *China's relations with Sub-Saharan Africa. Foundation for European Progressive Studies*, FEPS/IAI Working Paper 16/22, p. 13.

⁹ Egito, 1956; Marrocos e Sudão, 1958; Gana, Mali e Somália, 1960; Congo Zaire (hoje RDC), 1961; Algeria e Uganda, 1962; Burundi e Quênia, 1963; Benin, Congo Brazaville, República Centro Africana, Tanzânia, Tunísia e Zâmbia, 1964; Nigéria, Ruanda, Camarões, Senegal e Serra Leoa, 1971; Chad e Togo, 1972; Etiópia e Guiné Equatorial, 1970; Madagascar e Togo, 1972 (Ayenagbo, 2012: 6422).

Humanos relativas aos casos Tiananmen e Taiwan e, por sua vez, apoiou candidatos africanos a cargo de Secretário-Geral (Anshan, 2007: 78).

d. Quarto (de 1990/2000 até hoje) - Corrida aos recursos naturais

Este é o período de que este artigo se ocupa por ser a parte central deste trabalho. Esta foca-se à análise do modelo RFI, e procura responder o seguinte: Porquê é que a China adota este modelo RFI para África? Como funciona este modelo? Quais são os resultados produzidos pelo modelo? Que ameaças este modelo representa para África?

Desde o último quartel do século XX, a China registou desenvolvimento acelerado, e tornou-se a *fábrica do mundo* (Leão, Pinto e Acioly, 2011). A crise económico-financeira mundial de 2008-2009, e com a desaceleração da economia estadunidense e da União Europeia, deu lugar ao surgimento de uma nova conjuntura mundial da qual a China emergiu como uma potência económica mundial e potencial ator global (*Ibid.*). Para ajustar-se à nova ordem mundial, a China adaptou-se à nova ordem tornando-se capitalista (Hung, 2018: 1); sem, no entanto, o Estado perder influência na economia (Fanjul, 2011: 48). Assim, a China mudou suas políticas passando de confrontação para cooperação, de revolução para desenvolvimento económico e de isolamento para engajamento internacional (Ayenagbo et al., 2012: 6421). Essas mudanças, com efeito, alteraram radicalmente o formato das relações sino-africanas, passando de político-ideológicas para económico-financeiras (*Ibid.*).

Ademais, a China, tirando partido das relações históricas forjadas com África, tornou-se o novo colonizador desta na medida em que reproduz os mecanismos da neocolonização recorrendo a modelos mais sofisticados, sendo um deles o *Resources For Infra-structures* (RFI). Através deste modelo, a China faz de África fonte de recursos naturais e consumidora de seus produtos acabados, ou melhor, “se, nos anos 60, a China procurou a África como sua aliada na luta contra o imperialismo e hegemonia europeia” como diz Li (2007: 71), hoje procura-a como subserviente do seu próprio imperialismo.

O RFI é um modelo orientado a resultados, e devido ao seu carácter multissetorial leva consigo de forma integrada portefólios económicos, políticos, diplomáticos e financeiros, dando fabulosas vantagens económicas a China em prejuízo dos países africanos. Por isso, este modelo recebe várias designações que denotam exploração, como por exemplo, “imperialismo vermelho” (Whole Angel, 2008), “diplomacia do petróleo” (Lai, 2007; Taylor,

2006), “neocolonialismo” (Agbleke, 2018; Mariam, 2017), “mercantilismo de palitinhos” (Ayithey: 2017); “imperialismo credor” (Chellaney, 2017) ou “colonialismo da dívida” (Tang, 2018), “neoimperialismo e capitalismo autoritário” (Bräutigam et al., 2017).

Com efeito, o RFI é um mecanismo de trocas desiguais através do qual a China financia e constrói várias infraestruturas com os seus próprios créditos em troca com vários recursos, petróleo, gás, minérios, recursos florestais, agrícolas e pesqueiros. Diante deste cenário, no seu livro “O vencedor leva tudo: A China e a corrida aos recursos”, Moyo (2013: 10) diz que esta maratona chinesa aos recursos naturais ao nível mundial, e com particular incidência em África, tem em vista dois propósitos: “alimentar a sua crescente indústria e acumular matérias-primas para usar no futuro, pois, nessa altura, elas serão mais raras e caras”.

Como forma de fortalecer as RESA, o RFI é acompanhado por visitas ao mais alto nível entre governantes chineses e africanos e vice-versa. Em 2006, o diplomata chinês, Li Zhaoxing, visitou Benin, Botswana, Cabo Verde, Chade, Eritreia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Líbia, República Centro Africana, Mali e Senegal; e, no fim dessa visita, Zhaoxing anunciou o perdão da dívida de vários países africanos. No mesmo ano o Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, visitou Egito, Nigéria, Congo, Angola, África do Sul, Tanzânia e Uganda. No Egito, Jiabao assinou uma dezena de acordos de petróleo, gás e telecomunicações avaliados em cerca de US\$ 60 milhões, e, em Angola, fechou um investimento de cerca de US\$ 1.4 bilhões para projetos petrolíferos (Lusa, 2016).

A “engenharia diplomática” chinesa intensificou-se com o Presidente Hu Jintao, que, até hoje, parece ser o único líder Chinês que, num só períplo, visitou 6 países¹⁰ e assinou 28 acordos. Por seu turno, Xi Jinping, sucessor de Hu, entre 2015 e 2015, visitou Congo Brazzaville, África do Sul, Senegal, Ruanda e Maurícias (Lijadu, 2018). Xi visitou África como criador do BRI¹¹ e, por via disso, conquistador de mais influência em África (Bräutigam, 2018). Na ocasião, o Presidente ruandês, Paul Kagame, chamou a BRI de *revolutionary posture in world affairs* (postura revolucionária nos assuntos mundiais) (Lijadu,

¹⁰ De 30/01 a 10/02, Presidente Hu Jintao visitou 6 países, nomeadamente: África do Sul, Camarões, Libéria, Namíbia, Moçambique e Zâmbia.

¹¹ Esta iniciativa tem relação com o *One Belt One Road* (OBOR), o *Silk Road Economic Belt* (SRB), o *21th Century Maritime Silk Road* (The Road) e o *The Silk Road Fund* (Wright, 2017).

2018). No entanto, Chellaney (2017) e (Dollar 2017) consideram a BRI um projeto imperial. Por sua vez, o Primeiro-Ministro da Malásia, Mahathir Mohamad, chama a BRI, enquanto ponte entre China e países pobres, de “nova versão do colonialismo”, ao considerar que estes últimos são incapazes de competir e, por isso, precisam de comércio justo (McGregor, 2018). Assim, o jurista e ativista queniano, Lumumba *apud* SABC (2018) chama à atenção aos GA a criarem estratégias que acabem com desequilíbrio comercial com a China. Com efeito, as visitas de Jintao, Jiabao e Zhaoxing a África entre finais de 2006 e inícios de 2007 cumpriram alguns dos compromissos multilaterais assumidos entre as partes durante o FOCAC III, realizado em Pequim de 3 a 5 de novembro de 2006 (Shelton & Paruk, 2008: 113-117).

Sendo a China neste momento o país com as maiores reservas de divisas estrangeiras do mundo (cerca de US\$ 2.1 triliões), a sua musculatura comercial e a sua carteira de investimentos são cada vez mais pujantes e quase sem concorrência (Moyo, 2013; Bräutigam, 2010: 20). É essa pujança da China que fez crescer o comércio sino-africano de US\$10 bilhões em 2000 para US\$300 bilhões em 2015; os projetos de 1.597 em 2011 para 1673 em 2015; e empresas de 800 em 2007 para 3.220 em 2015 (Chen, Dollar e Tang, 2016).

Com este crescimento a China tornou-se um parceiro económico isolado em África comparando com outras potências económicas, ou seja, suplantou os EUA, a Inglaterra e França em 2009 (Moyo, 2013). Hoje, a China coopera com todos os países africanos exceto Suazilândia, São Tomé e Príncipe e Burquina Faso, sendo Gâmbia o último país a estabelecer laços através do acordo de 17/03/2016 assinado em Beijing entre Neneh MacDouall-Gaye e Wang Yi, diplomatas gambiana e chinês respetivamente (Xinhuanet, 2016).

Nesta fase, aumentou também o fluxo de imigrantes chineses para África e vice-versa. Dados estatísticos a este respeito estimam que cerca de um milhão de chineses vivem em África, dos quais cerca de 350 a 500 mil vivem na África do Sul; 300 mil em Nigéria; 250 mil em Angola; contra apenas 300.000 africanos residentes na China (Dollar, 2016; Olakpe, 2017). Aqui, os números falam por si, ou seja, mostram claramente que migram mais chineses para África do que africanos para China pelo facto de os projetos chineses em África envolverem um número significativo de gestores e trabalhadores chineses em detrimento dos locais.

O rápido crescimento e a progressiva presença no mercado internacional fez com que a China redefinisse a sua visão geoestratégica. Em 2017, esta a China iniciou a construção de uma base militar no Djibouti. Autoridades de Pequim dizem que a base naval serve de uma plataforma logística para rápida evacuação e abastecimento de navios em missões humanitárias e de manutenção da Paz na África e no Oeste asiático (Fei, 2017; Braude & Jiang, 2016). Além disso, analistas dizem que a base visa proteger os seus interesses económicos e cidadãos em África a partir das lições tiradas da guerra civil sudanesa (1983 e 2005), da invasão de Líbia, em 2011 e do ataque *jihadista* no Mali em 2017¹²; lutar contra terrorismo, pirataria no Golfo de Aden, colher dados de inteligência (Downs, Becker & deGatego, 2017); e mostrar ao mundo, sobretudo às potências ocidentais, a sua pujança militar¹³ (Yueqian, 2016; Sathl, 2016:16; Metcalf, 2011 *apud* Turner et al., 2014: 84);

A base naval chinesa em Djibouti pode ser também vista como “retaguarda segura” em casos de eventuais conflitos imperialistas entre a China e potências europeias no âmbito desta corrida aos recursos naturais. Por isso, Li (2007: 84-5) sugere que Europa, China e África desenvolvam uma relação dialógica tripartida em prol do desenvolvimento e da paz.

3. RESA: características e dinâmicas

As RESA são um dos temas mais debatidos da atualidade e este trabalho pretende contribuir no debate, fazendo uma análise sobre a fisiologia dessas relações, sobretudo das linhas com que interligam-se as partes. Esta análise incide sobre (1) os mecanismos políticos e diplomáticos com que a China constrói a sua imagem interna e externa, nomeadamente o “Consenso de Beijing” e “Coexistência pacífica”; (2) o funcionamento do FOCAC enquanto fórum consultivo multilateral sino-africano, incluindo o papel da banca na efetivação dos acordos alcançados neste fórum; e (3) a evolução e o impacto do comércio e investimento como sendo os dois “pauzinhos” com os quais o *dragão* chinês devora o *elefante* africano; sem, contudo, perder atenção sobre a função da (4) ajuda chinesa a vários níveis, vista como um mecanismo que facilita o acesso a vários recursos.

¹² Cf. Tiezzi, Shannon (2005). *The new China-Africa relations: 4 trends to watch*”. Consult. 16out.2018. Disponível em <https://thediomat.com/2015/12/the-new-china-africa-relations-4-trends-to-watch/>.

¹³ Cf. Rühl, Lothar (2005), *Uma longa partida de xadrez: Realidades e perspectivas da política militar chinesa. Internationale Politik – China China China*, vol.12, págs. 65 a 71.

É importante enfatizar que todo este processo de corrida da China aos recursos naturais desenvolve-se num contexto amplo do capitalismo neoliberal globalizado, mas o Estado chinês mantém envolve-se e controla a sua economia do mercado através de empresas estatais e a banca, sob superintendência do Partido Comunista (Gamache, Hammer e Lin, 2013), o que deixa o setor financeiro chinês protegido e forte (Gottwald e Schlichting, 2005: 67).

O Consenso de Beijing

O termo Consenso de Beijing foi criado em 2004 pelo Joshua Cooper Ramo, ao considerar o modelo de desenvolvimento chinês como uma alternativa ao Consenso de Washington, servindo e abrindo a possibilidade de outros países integrarem-se na ordem económica internacional. Assim, diz Ramo, “cada nação pode criar e proteger o seu modo de vida e as suas escolhas políticas” (Ramo, 2004: 3 e 4 *apud* Pestana, 2013: 34).

Na verdade, o Consenso de Beijing é uma espécie de (re)edição dos princípios de “Coexistência pacífica” divulgados por Zhou Enlai aquando da realização da Conferência de Bandung. Essa reedição, por sua vez, enquadra-se na estratégia da China adequar a sua política económica às exigências internas e às dinâmicas da economia mundial, tendo em vista o seu desenvolvimento económico e industrial, a conquista de mercados e equilíbrio de poder.

O Consenso de Beijing é modelo de desenvolvimento económico baseado na inovação do setor estatal, incluindo controlo financeiro, apropriação estatal e controlo político das empresas em prol de crescimento económico. Este surge em oposição ao Consenso de Washington, cuja característica basilar resume-se na adoção do neoliberalismo económico e financeiro, investimento privado e abertura política (Galchu, 2018: 4; Huang, 2010: 31).

O Consenso de Beijing tem cinco dimensões: (1) Capitalismo de Estado, (2) gradualismo de política de reformas, (3) liberalização e abertura ao exterior, (4) autoritarismo político, e (5) capacidade de inovação e flexibilidade (Fanjul, 2011: 48). Este modelo político-económico é, ao mesmo tempo, um instrumento vital no processo de corrida aos recursos naturais na medida em que empresas estatais e privadas, fazendo uso da política de

liberalização e abertura ao exterior, projetam-se ao estrangeiro sobretudo para África em função dos princípios da dita “Coexistência pacífica”, Cooperação Sul-Sul e do FOCAC.

É neste prisma que Moyo (2013: 17) considera que “o Estado chinês é dono de 30 das principais multinacionais nacionais e estas beneficiam-se de créditos bancários a juros baixos, colocando o país em vantagem competitiva em relação a empresas multinacionais de outros países”. Por sua vez, a “Coexistência pacífica” é um princípio político-diplomático segundo o qual a China pauta pela igualdade mútua, respeito da soberania e não ingerência em assuntos internos dos países parceiros.

O FOCAC

A crescente procura de matérias-primas, alimentos e mercados e a facilidade com que a África oferece os seus recursos naturais devido a pobreza, fragilidade institucional e dependência económica são alguns dos fatores que fazem com que a China aposte na exploração de África (Visentini e Oliveira, 2012; Li, 2014). No entanto, para que essa exploração seja efetiva e eficiente criou-se o FOCAC em substituição dos chamados *China-Africa Forums* (CAFs) que vigoraram até anos 90 (Era, 2009: 12; Li et al., s/d). Em outubro de 2000, realizou-se o FOCAC I, durante o qual a China divulgou a sua ajuda, projetos comerciais e de investimentos para África (Shelton & Paruk, 2008: 123-24; Lopes, Nascimento e Vadell, 2013: 81). Assim, desde 2000, de três em três anos realiza-se um FOCAC cujo fecho marca-se pela adoção de dois documentos básicos: uma declaração e um plano de ação trienal (tabela 1).

Tabela 1 - Cronologia das Cimeiras do FOCAC 2000-2018

Nº	Nº de países particip. (Africanos + China)	Local e Data	Documentos Oficiais Finais		Principais compromissos financeiros anunciados pela China aos países africanos	
			Declaração [de]	Plano de Ação	Valor [us \$bilhões]	Distribuição em áreas de aplicação (em us\$ bilhões)
I	45	Beijing 10-12/10/2000	Beijing	Beijing 2001-2003	-	- Ajuda ao desenvolvimento; - Créditos e empréstimos para construção de infraestruturas; e - Investimentos em vários setores económicos
II	45	Addis Ababa 15-16/12/2003	Addis-Abeba	Addis Abeba 2004-2006		
III	48	Beijing 3-5/11/2016	Beijing	Beijing 2007-2009	5	
IV	49	Sharm El Sheikh 8-9/11/2009	Sharm El Sheikh	Sharm El Sheikh 2010-2012	10	
V	50	Beijing 19-20/7/2012	Beijing	Beijing 2013-2015	-	
VI	50	Johannesburgo 4-5/12/2015	Johanesbrg	Johannesburgo 2016-2018	60	

VI I	54	Beijing 3-4/9/2018	Beijing	Beijing 2019- 2021	60	
---------	----	-----------------------	---------	-----------------------	----	--

Fonte: The South African Institute of International Affairs (s/d); Shelton & Paruk (2008); FOCAC Arquivos (s/d); Anshan et al., 2012, pp.10-60; Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China (s/d)

Na verdade, ao criar o FOCAC, a CHINA não inventou a roda, pois, África, por ser rico em recursos naturais e estruturalmente dependente do capital estrangeiro, tem vindo a ser envolvida em vários fóruns económicos com o velho lema de “cooperação para o desenvolvimento”, por exemplo a *Tokyo International Conference on Africa's Development* (TICAD); a famosa e histórica *Françafrique*; o *The EU-Africa Business Fórum* (EABF); a *United States-Africa Leaders Summit* (US-Africa Leaders Summit); a *India-Africa Forum Summit* (IAFS); o *Russian-African Forum* (RAF) (Mário, 2018).

O FOCAC é o maior fórum multilateral sino-africano através do qual a China divulga e celebra acordos comerciais e de investimento, e os GA, por seu turno, comprometem-se a colaborar na execução, acreditando que o FOCAC é um mecanismo benéfico e que vai ao encontro dos propósitos da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Shelton & Paruk, 2008: 142).

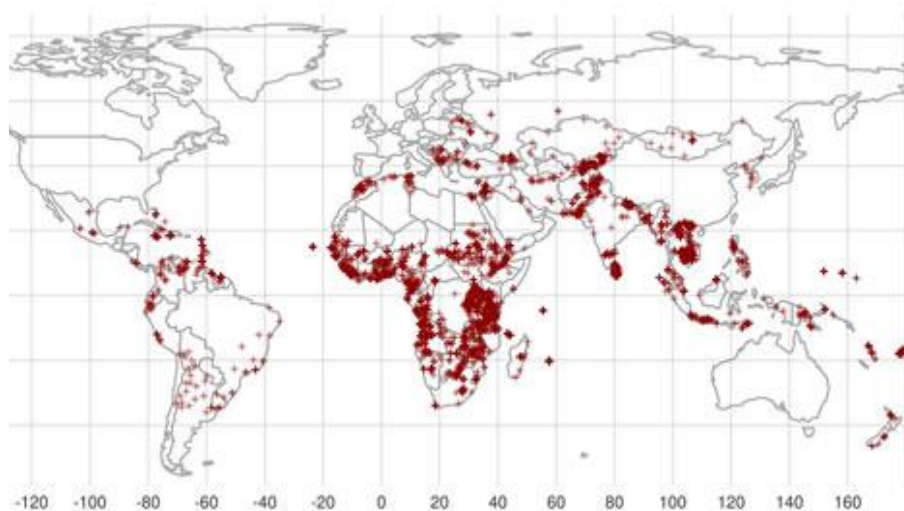
A crença dos GA no modelo chinês tem a ver, até certo ponto, com a prostração destes face aos juízos de valores e condicionalismos com que o Ocidente desenvolve as suas relações com África e com o facto de a China usar princípios de igualdade política, respeito pela soberania, não-intervenção e não ingerência em assuntos domésticos (Chichava e Alden, 2012: 6). Portanto, o *Consenso de Beijing*, a “Coexistência pacífica” e o FOCAC é que determinam as RESA e, por conseguinte, são a base do sucesso do imperialismo chinês em África, que é desencadeado estrategicamente através de ajuda, comércio e investimento capitais.

Todavia, no que *Corkin* (2013; 2016) chama de *African Agency*, é pertinente considerar-se que, a nível bilateral, a cada país africano constrói suas relações com a China em função das capacidades e experiências específicas. Nesta perspetiva, é erróneo pensar-se que a China impõe unilateralmente regras a todos países africanos. Há, com efeitos, elites e países africanos que, de forma inteligente, impõe suas regras para tirar proveitos das relações com a China (*Ibid.*). Um desses países é Angola que, por exemplo, entre 2008 e 2009, cancelou alguns projetos de construção chineses e repatriou os trabalhadores chineses por falta de ocupação; e duas companhias petrolíferas chinesas falharam de celebrar contrato com

o governo angolano (*Ibid.*). Outro exemplo é África do Sul. Entre 2007 e 2018, este país impôs quotas de importação de têxteis chineses para aquele país, em resposta da queda de produção, queda de postos de trabalho como sinais de declínio da indústria têxtil sul-africana (Eeden, 2009).

No quadro da corrida aos recursos naturais, a banca chinesa tem papel preponderante nas RESA. De 2000 a 2014, em forma de assistência ao desenvolvimento, China financiou mais de 2.390 projetos em África com um total de US\$475.6 bilhões de créditos, subvenções e outros recursos (China Power, 2017). Esse volume superou ao dos EUA, mas o fato de não seguir os padrões dos países membros da ODA e OECD, foi categorizado como sendo outros fluxos oficiais (*Ibid.*). Essa assistência focou-se, entre outros, aos setores de transportes, energia, petróleo e distribuiu-se pela região oriental (38.2%), central (25.1%) e ocidental (20.4%) (*Ibid.*). Paralelamente a isso, entre 2000 e 2014, grande parte de projetos de construção de infraestruturas, financiados através de vários tipos de créditos, concentrou-se no Sul Global sobretudo em África (figura 1). Todo processo de financiamento está intimamente conexo aos bancos estatais chineses e desenvolve-se dentro do RFI.

Figura 1 - Distribuição geográfica do investimento chinês à infraestrutura 2000-20014



Fonte: Parks, 2018; William & Mary, 2018.

A China tem, de forma geral, vários bancos e fundos de orientados ao financiamento desenvolvimento em vários países do mundo; recentemente lançou o *Asian Infrastructure*

Investment Bank (AIIB), *New Development Bank* (NDB) e o *Silk Road Fund* (SRF); o primeiro visa financiar projetos de construção de infraestruturas na região Ásia-Pacífico, o segundo nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o terceiro nos 60 países¹⁴ abrangidos pela iniciativa *Belt Road Initiative* (BRI) respetivamente (Jiang, 2016: 1).

Com efeito, no quadro das RESA, a China funciona basicamente com dois bancos: o *The Export-Import Bank of China* (Exim Bank) e o *China-Africa Development Bank* (CADB), que criou um fundo chamado *China-Africa Development Fund* (CAD Fund). De entre outras ações, o *Exim bank* prove apoio financeiro ao comércio e investimento externos ao BRI, ao processo de produção de equipamentos no âmbito da cooperação internacional (*The Export-Import Bank of China*, s/d)¹⁵, e o *CAD Fund* dedica-se a promoção do investimento em África (*China Development Bank*, s/d)¹⁶.

O *Exim Bank*, criado em 1994, é a máquina financeira dos negócios da China com África. “Esta instituição suporta quase todos os projetos do modelo RFI através do financiamento de exportações e importações, concede e administra empréstimos do Estado a países externos e cobre financeiramente interesses comerciais da China com países africanos” (Bosshard, 2007). A seguir ao *Exim Bank* vem o CADB cujo foco é financiar grandes infraestruturas na China e no exterior. O *CAD Fund*, por seu turno, financia projetos de investimento da China em África. Em 2012, por exemplo, o *CAD Fund* financiou 61 projetos em 30 países africanos com US\$2385 bilhões (*Ibid.*), e subiu para 500 projetos em 43 países em 2018 (AsiaTimes, 2018). Estas instituições são, portanto, a âncora das RESA.

Nos últimos 20 anos, o *Exim bank* financiou grandes projetos de construção de infraestruturas como barragens, aeroportos, linhas férreas, estradas, refinarias, oleodutos, edifícios governamentais, estádios, instalações elétricas, portos, etc. Em 2006, por exemplo, este banco desembolsou pouco mais de US\$12.5 bilhões em forma de créditos, 80% dos quais foram concedidos a Angola, Moçambique, Sudão e Zimbabwe (Bosshard, 2007).

Entre 2011 e 2013, a China através do *Exim Bank* financiou outros projetos no valor de US\$ 13.9 bilhões anuais: o Projeto do corredor Lamu Port-South Sudan-Etiópia

¹⁴ Cf. Kuo, Lily and Kommenda, Niko (2018), *The Guardian*. What is China's Belt and Road Initiative? Consult. 21 out. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/ng-interactive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer>.

¹⁵ Cf. The Export-Import Bank of China. http://english.eximbank.gov.cn/tm/en-TCN/index_617.html.

¹⁶ Cf. China Development Bank. <http://www.cdb.com.cn/English/ywgl/zhjryw/zffzjyxgs/>.

(LAPSSET); corredor ferroviário de 300 km Nairobi-Mombasa orçado em US\$ 4bilhões e uma rodovia Dar-es-Salam-Bagamoyo; a modernização da linha férrea Lagos-Kano (1.224km) e Abuja-Kaduna (186km) em Nigéria; do Porto de águas profundas em Camarões, do Aeroporto Mammam em Serra Leoa, entre outros (Ayithey, 2017; Du Plessis, 2015: 4).

Ajuda ao desenvolvimento

A China tem vindo a apoiar os países africanos em vários setores. Na saúde, por exemplo, ela financia a construção de hospitais, treinamento de médicos e enfermeiros, apoio no combate contra malária e VIH/SIDA. Entre 2002 e 2006, apoiou o Programa nigeriano fazer recuar Malária (*Nigeria's Rollback Malaria Programme*). Pereira (2006: 24) estima que, neste sector, desde 1963 até hoje, perto de 20 mil médicos chineses já trabalharam em 47 países africanos. Na educação, a China financia a construção de escolas e a formação de professores e diretores de escolas. Colégios e universidades chineses têm vindo a acolher cada vez mais estudantes africanos, de 1.793 em 1993 para 8.799 em 2008, e deste para cerca de 27 mil em 2012, dos quais 15.300 tiveram bolsas de estudo (Caeiro, 2013); e, de 2015 a 2018 o número de bolseiros africanos nas universidades chinesas atingiu 30.000 (Nakkazi, 2018).

É também pertinente realçar-se que a China cancelou a dívida de muitos países. Logo depois do FOCAC III, a China cumprindo a promessa feita nesse fórum, perdoou a dívida de 33 países africanos dentre os quais Guiné Equatorial, US\$ 75 milhões; Sudão, US\$ 70 milhões; República Centro Africana, US\$ 11 milhões. Em 2014, países como Benim, Costa de Marfim, Guiné Equatorial, Mali, Togo, Sudão, Tanzânia e Zâmbia tiveram a mesma sorte. A assistência humanitária aos países fustigados por calamidades naturais é outra forma de ajuda que a China dá aos países africanos. A título de exemplo, em novembro de 2017, a China ofereceu arroz avaliado em 3 milhões de euros ao governo da Guiné-Bissau (Sapo, 2017), e, em fevereiro de 2018, doou 7 mil toneladas de arroz às populações afetadas por calamidades naturais [chuvas torrenciais e ventos ciclónicos] em Moçambique (Interlusófona, 2018).

Além disso, a China tem vindo a participar nas Operações de Manutenção de Paz (*Peace Keeping Operations*) em África, em países como a Líbia, a RDC e o Sudão do Sul (Gill & Reilly, 2000 *apud* Chichava & Alden, 2010: 8). Ao participar nessas missões, a China

ganha afinidade com África e legitimidade no seio da ONU e, sobretudo, mostra ao mundo que é ator global que contribui na busca e manutenção da paz regional e mundial.

O maior volume de ajuda chinesa vai para África (gráficos 1 e 2). Por, exemplo, entre 2009 e 2012, do global da ajuda chinesa, a África recebeu cerca de 45,7% e 51,8% respectivamente, contra 32.8/30.5% na Ásia; 12.7/8.4% na América Latina e Caraíbas; 4.0/4.2% na Oceânia; 0.3/1.7% na Europa; e 4.5/3.4% outras regiões (NYU Wegner School *apud* Inahko, 2012; Chinese State Council 2014 *apud* Stahl, 2016: 9).

Gráfico 1 - Distribuição da ajuda chinesa 2002-2009

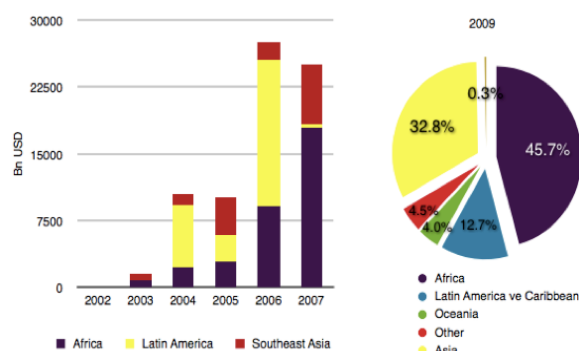
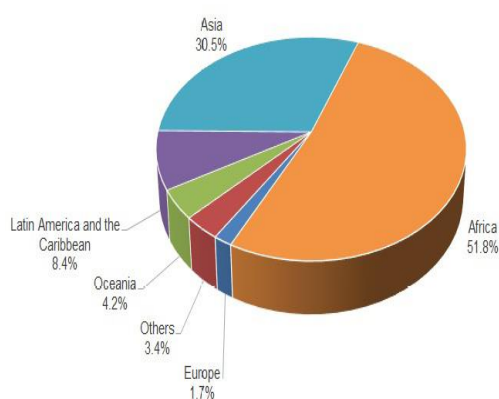


Gráfico 2 - Distribuição da ajuda chinesa 2010-2012

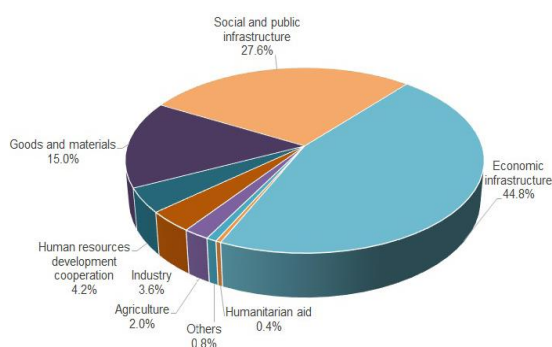


Fonte: NYU Wegner School *apud* Inahko, 21/11/2012

Fonte: Chinese State Council 2014 *apud* Stahl, 2016:

Como mostra o gráfico 3, em África, cerca de 44.8% da ajuda foi investido nas infraestruturas económicas; 27.6% nas infraestruturas públicas e sociais; 15% nos bens materiais; 4.2% no sector de cooperação no desenvolvimento de recursos humanos; 3.6% na indústria; 2.0% na agricultura; 0.4% para ajuda humanitária e 0.8% outros (Chinese State Council 2014 *apud* Stahl, 2016: 11).

Gráfico 3 - Distribuição da ajuda externa chinesa por sectores em África, 2010-2012.



Fonte: China State Council, China's Foreign Aid, 2014 *apud* Stahl, 2016: 11

Comércio

O comércio é uma das peças estruturantes das RESA e caracteriza-se pela concorrência desleal e troca desigual de matérias-primas por produtos acabados. A génese do comércio formal sino-africano remonta a 1956, ano em que a China comprou algodão no Egipto. A partir desse momento até hoje, com o FOCAC, sobretudo entre 2002 e 2014, o volume de exportações e importações foi ascendente (gráfico 5), e o número de acordos aumentou de quantidade e diversificou-se. Assim, o volume de mercadorias aumentou, de US\$ 10 bilhões em 2000 para US\$ 29.5 bilhões em 2004, de US\$ 45 bilhões em 2006 para US\$72 bilhões em 2007, de US\$ 106.8 bilhões em 2008 para US\$ 155 bilhões.

Com essa dinâmica, a China tornou-se, em 2009, o maior parceiro comercial de África, ultrapassando os EUA (gráfico 4). Mas, no geral, a África é um pequeno parceiro, pois, como diz Zego (2010:24), ela representa só 2.6% do volume total do comércio internacional chinês. Aliás, a China importa grandes quantidades de petróleo de Angola, Camarões, Chade, dos dois Congos, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria e Sudão. No global, a exportação de petróleo e gás desses oito países representa em média 85% das exportações africanas para China, sendo que petróleo bruto é o produto mais exportado representando

quase 100% das exportações de Angola, 80% de Sudão e 75% de Nigéria (Alden, 2008: 12 *apud* Zego, 2010: 25).

A China também importa vários minérios metálicos e não metálicos como diamantes, de Botswana, RDC, Serra Leoa e Zimbábwe; Cobre, da Zâmbia; ouro, da África do Sul e do Zimbábwe, Gana, Mali, Tanzânia; Platina, da África do Sul e do Zimbábwe; Urânio, do Níger e da Zâmbia; cromo, de África do Sul e Zimbábwe, Madagascar e Sudão; manganês, de África do Sul, Gabão e Gana; cobalto, de África do Sul e dos dois Congos; ferro, de África do Sul, Moçambique e Mauritânia; níquel, de África do Sul e Madagascar; zinco, de África do Sul, Eritreia e Marrocos.

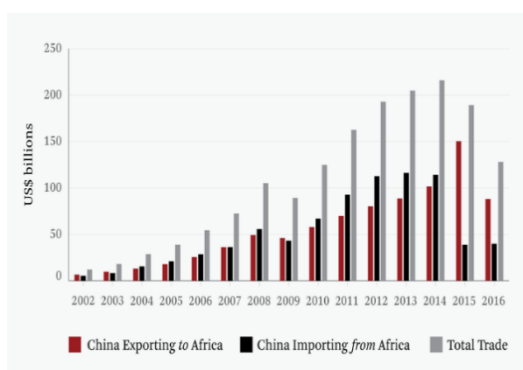
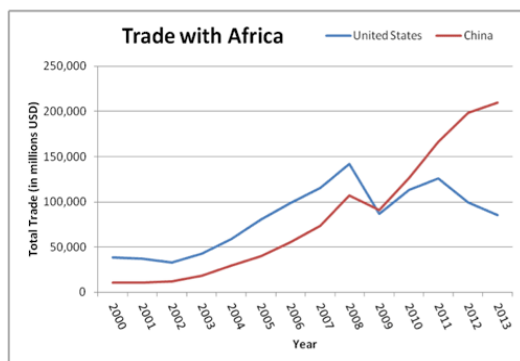
Além do petróleo e minérios, a China também importa vários produtos agrícolas produzidos nos países africanos, nomeadamente: açúcar, de Maurícias; cacau, de Costa de Marfim, Gana; castanha de caju, de Guiné-Bissau; chá, de Quênia; tabaco, de Zimbábwe e Malawi; café, de Burundi, Etiópia, Ruanda, Uganda; Algodão, de Benim, Burquina Faso, RCA, Togo; vanilla, de Madagascar, etc. Ayenagbo et al (2012: 6423) referem que a China importa enormes quantidades de pescado de Gabão, Namíbia e Serra Leoa; além de quantidades incalculáveis de madeira, de Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, RCA, Líbia e Camarões, seguindo, em muitos casos, vias ilegais. Por exemplo, pouco mais de 50% de madeira importada de Camarões e 90% de Congo, Guiné Equatorial e Libéria seguiu meandros ilegais.

Por seu turno, a China exporta para África uma extensa variedade de produtos acabados: cadeiras e mesas; aparelhos eletrodomésticos e mecânicos; máquinas elétricas; aparelhos de som e reprodutores; viaturas, mobília de madeira; roupa; lâmpadas; aparelhos óticos; equipamento médico; açuladores e baterias; arroz; material de viagem; laços, bordados e fitas; artigos de aço e ferro, produtos sintéticos, artigos de borracha e plástico, armaduras, etc.

Gráfico 4 - Evolução do comércio EUA/China com África

Gráfico 5 - Exportações e importações China-África

2002-2016

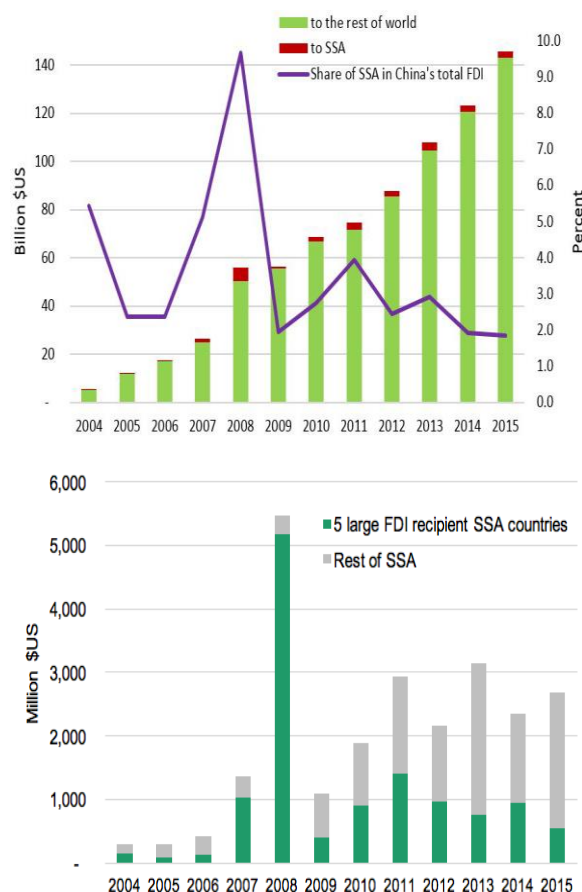


Investimento direto estrangeiro

A partir do início do séc. XXI, a China tornou-se um dos maiores investidores da América Latina, de África, do Médio Oriente e da Oceânia (Moyo, 2013) e o maior credor líquido do mundo (Dollar, 2016: 29). No entanto o facto deste processo estar amarrado à exploração de recursos naturais em África desperta atenção e sugere uma análise profunda. Assim, o investimento da China em África aumentou de US\$200 bilhões em 2000 para US\$2000 bilhões em 2012, envolvendo 800 empresas chinesas (Jones, 2013). Até 2015, a China tinha em África 3220 projetos executados por 3000 empresas (Chen, Dollar e Tang, 2016: 25; Xiaoyang, 2016:107).

Entre 2004 e 2015, apesar de registar rápido crescimento, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) chinês em África [Subsaariana] foi menor comparando com o resto do mundo (gráfico 6) (Bräutigam, 2017: 31). Com efeito, durante esse período, grande parte do IDE chinês foi 5 países africanos (gráfico 7) nomeadamente África do Sul, Nigéria, República Democrática de Congo, Sudão e Zâmbia (Bräutigam et al., 2017; McMillan, 2017).

Gráfico 6 - IDE chinês em África e
2004-2015
resto do mundo 2004-2015



Fonte: Bräutigam et al., 2017: 31
McMillan, 2017

Fonte: Bräutigam et al., 2017: ii;

Ironicamente, grande parte das matérias-primas que a China importa de África é produzida pela própria China num processo que envolve seus capitais de investimento, suas empresas e seus recursos humanos, gestores e trabalhadores. Esta contínua avalanche de capitais, pessoas e empresas chineses em África, por um lado, concorre para o aumento gradual da população chinesa em África, por outro, asfixia progressivamente as pequenas e médias empresas africanas.

Na prática, em África a China pretende (1) garantir ou assegurar a exploração de recursos, matérias-primas como petróleo, minerais e alimentos para alimentar a sua indústria no presente e no futuro; (2) criar novos mercados consumidores para seus

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

produtos acabados; e (3) fundar novas oportunidades de investimento para suas empresas, estatais e privadas (Looy, 2006:14). Posto isto, todo o processo conducente ao alcance desses objetivos não é linear, porque se desenvolve numa miscelânea de assuntos comerciais, económicos, financeiros, diplomáticos e até políticos.

Praticamente, o investimento Chinês em África foca-se fundamental nos setores petrolífero e mineiro, mas também na agricultura, pesca e telecomunicações como se descreve a seguir. No âmbito RFI, estes investimentos são financiados por créditos da banca chinesa. Neste quadro, devido à sua astúcia, a China explora ao máximo todas as oportunidades que os Estados africanos oferecem dada a sua estrutural dependência em relação ao investimento estrangeiro e a sua fragilidade institucional.

No petróleo, como já se referiu, dos vários recursos naturais cobiçados pela China o petróleo ocupa o primeiro lugar. A partir de 2010, tornou-se o maior importador do petróleo de África. Assim, os maiores produtores africanos de petróleo como, Chade, Argélia, Gabão, Guiné Equatorial, os dois Congos, Angola, Sudão e Nigéria tornaram-se parceiros estratégicos sobretudo os três últimos (Ayenagbo et al., 2012: 6423). Para dominar e controlar o setor, a China colocou grandes petrolíferas estatais como a *National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), a *China Petrochemical Corporation* (SINOPEC) e a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) a desdobrarem-se na compra de ações de empresas petrolíferas americanas, europeias e africanas.

Em 2004, Angola recebeu um crédito preferencial de US\$ 2 bilhões para a construção de infraestruturas como linhas férreas, edifícios administrativos, rodovias etc. Os termos contratuais previam (i) que o crédito seria reembolsado em 17 anos, em forma de petróleo com juros de 1.5%, (ii) que 70% dos projetos seriam executados por empresas chinesas, e (iii) que a China importaria 10 mil b/d de petróleo durante a vigência do contrato (Looy, 2006: 19). Em Janeiro de 2006, durante a visita do Presidente Hu Jintao a África, foram acordados projetos neste sector avaliados em US\$2,3 bilhões em Nigéria; US\$ 50 milhões no Egipto; US\$ 1.4 bilhões em Angola.

Além disso, Pascoal (2013: 35) refere que entre 2004 e 2010, o *Exim Bank* concedeu a este país um crédito no valor U\$ 10.5 bilhões cujo reembolso estava também garantido em petróleo e, em consequência disso, sobretudo a partir de 2008, a

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

China levava cerca de 700 mil b/d. No mesmo período, o comércio bilateral atingiu U\$25,3 bilhões ao ano e foram construídas grandes infraestruturas das quais destacaram-se as ferrovias (1.300 km) ligando Angola-Congo-Zâmbia orçado em U\$300 milhões e Namibe-Menongue (900 km) avaliado em U\$2 bilhões; o aeroporto de Luanda, com 450 milhões; e a refinaria de Lobito, com U\$3 bilhões.

Depois de Angola, Sudão, país com o qual a China tem relações desde 1995, é considerado o segundo maior exportador de crude. Durante a guerra civil sudanesa (1983-2015), as relações sino-sudanesas desenvolveram-se numa bizarra promiscuidade de questões económicas, diplomáticas e militares colocando, até certo ponto, em causa a chamada “não ingerência nos assuntos internos” da China. Em 1997, quando os EUA impuseram sanções económicas ao Sudão, a empresa *China National Petroleum Corporation* (CNPC) tornou-se a principal acionista do setor petrolífero e uma das maiores exportadoras de crude, levando para China cerca de 64% da produção total.

Em 2004, a ONU, através da Resolução nº1556, propôs o desarmamento dos milícias *Janjaweed*, mas a China ameaçou vetá-la como forma de continuar a explorar petróleo e vender armas ao Sudão (Looy, 2006: 18). No mesmo ano, a China financiou e ao mesmo tempo ganhou concurso para a construção de um oleoduto de 932 milhas orçado em US\$15 bilhões, tendo importado equipamentos e 10 mil trabalhadores para o projeto. Mas, quando a situação de Darfur deteriorou-se, a China convenceu o governo de Cartum a cooperar com a ONU aceitando Forças de Manutenção de Paz no país (Kleine-Ahlbrandt e Small, 2008 *apud* Alves, s/d: 27).

No mesmo ano, logo depois da visita do Ministro de Negócios Estrangeiros chinês, Li Zhaoxing, ao Sudão, a empresa chinesa *Petroleum Engineering Construction Cooperation* (CPECC) ganhou um concurso de US\$ 405 milhões para construir outro oleoduto dos blocos petrolíferos 3 e 7 para o porto de Sudão. Ainda no mesmo ano, a China concedeu ao Sudão crédito de US\$ 3 milhões para formação técnica nos colégios. Em 2005, a CNPC investiu cerca de US\$ 5 bilhões e tornou-se o maior investidor com produção de 500 a 750 mil barris/dia (IMF *apud* Colofon, 2008: 9) e empresa chinesa *Harbin Power Equipment Company* assinou contracto de US\$ 400 milhões para construir subestações elétricas e estender 1.776 linhas de transmissão a partir da

barragem de Merowe. No mesmo ano, esta empresa doou pouco mais de US\$ 6 milhões para a construção de escolas no sul de Sudão.

Em 2007, a CNPC doou US\$ 1 milhão ao Ministério Sudanês de Desenvolvimento e Bem-estar Social para a melhoria do sistema social. Ainda nesse ano, esta empresa ganhou um concurso para treinar trabalhadores sudaneses do ramo ferroviário. Além disso, a chinesa *Railway Engineering Group Lda* ganhou um contrato de US\$ 1.15 para reabilitar a ferrovia Cartum-Porto de Sudão e outra para construir do Palácio Presidencial com US\$12.6 milhões. No fim do mesmo ano, a China cancelou US\$70 milhões da dívida sudanesa e a seguir a CNPC obteve 35% dos 40% das ações que Sudão detinha no bloco 13, ao largo do Mar Vermelho (Manyok, 2016).

Nigéria é o terceiro maior exportador de petróleo bruto para China. As relações sino-nigerianas iniciaram em 1971, mas intensificaram-se nos últimos 20 anos. Em 2005, a *PetroChina International Co. Ltd* e a *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC) assinaram acordo de investimento de US\$800 milhões no setor petrolífero e, no mesmo ano, a *CHINA National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) investiu pouco mais de US\$ 2.3 bilhões e a *Chinese National Overseas Oil Company Lda* comprou 45% da Total no projeto petrolífero em águas profundas.

Paralelamente a isso, a China executou projetos de modernização da rodovia de Lagos-Kano com US\$ 8.3 bilhões; construção de hidroelétrica em Mambilla com 2.600 MW e de centrais elétricas (em Kogi, Benue, Omotosho, Ondo, Enugu e Ebonyi); de barragem hidroelétrica de Adamawa com US\$ 2.5 bilhões; forneceu através da Huawei equipamento à empresa nigeriana GV Telecom/Prestel num investimento avaliado em US\$ 250 milhões, crédito concedido pelo CADB, entre outros.

O outro ramo que interessa a China é o mineiro. Neste setor a China desenvolve também grandes investimentos com vista a extrair vários minérios metálicos e não metálicos um pouco por toda África. Em 2006, aquando da realização do FOCAC III, assinou um acordo com Zâmbia para a exploração de cobre de Chambisi, um projeto avaliado em 200 bilhões assim como para a exploração de alumínio no Egípto, orçado em US\$938 milhões.

Aliás, empresas estatais chinesas como a *Nonferrous Metal Mining (Group) Co. Ltd* (CNMC) e a *Yannan Copper Industry* (YNCIG) exploram jazidas de ferro em

Angola; manganês na Costa de Marfim; a *Nacional Machinery and Equipment Import and Export Corporation* investiu US\$ 3 bilhões nas minas de ferro no Gabão e Mauritânia; a *China Transtech Industry* injetou US\$600 milhões para construção de uma ferrovia em troca de 165 mil de toneladas de fosfato destinado ao fabrico de fertilizantes no Sudão (UNCTD, 2008 *apud* Ayenagbo *et al.*, 2012: 6424).

A pesca é outro setor que interessa à China. Em 2013, a VOA (15/04/2013) publicou um artigo intitulado *Pescas: China acusada de ‘fazer batota’ em África*, no qual revelou que até 2011 cerca de 1600 barcos capturavam pouco mais de 360 mil toneladas/ano de pescado na costa da África Ocidental desde 2000. Um estudo da Universidade da Columbia Britânica concluiu que os volumes de pescado declarados pela China eram 12 vezes menor que os reais, ou seja, a diferença entre as quantidades declaradas pelas entidades chinesas e as reais foi superior a 3.1 milhões de toneladas.

Além disso, em 2015, a Greenpeace publicou um relatório com o título “*Africa’s fisheries paradise at a crossroads: Investigating Chinese companies illegal fishing practices in West Africa*”, apresentando detalhes sobre como as empresas chinesas pescam ilegalmente na costa da África Ocidental¹⁷, e colocou na lista negra a *China National Fisheries Corporation* (CNFC) devido à prática corriqueira da pesca ilegal nesta região sobretudo em Senegal (Gehrold & Tietze, 2011).

A China tem vindo também a fazer importantes investimentos na agricultura em África. Este fato deve-se ao rápido crescimento demográfico e industrial, os cerca de 120 milhões de hectares de terras de que China dispõe no seu país não estão a ser suficientes para alimentar 1.3 bilhão de cidadãos e nem para fornecer matérias-primas à indústria nacional¹⁸; e, diante desta insuficiência, a China vê África como solução. Assim, segundo Ribeiro (2015: 26), nos últimos 20 a 25 anos a China desenvolveu cerca de 900 projetos de agricultura de exportação em África.

Com a irrupção da crise do preço de alimentos e de combustíveis entre 2006-8, a procura de terras para a produção de alimentos e biocombustíveis aumentou ao nível

¹⁷ Cf. Greenpeace (2015), *Africa’s fisheries paradise at a crossroads: Investigating Chinese companies illegal fishing practices in West Africa*. Beijing e Dakar: Greenpeace, págs. 17 a 32.

¹⁸ Cf. Sternfeld, E. e Waldersee, C. G. von (2006), *A situação do meio ambiente na China: Oportunidades econômicas a partir da crise ambiental*. In: Hofmeister, W. (ed.). *China por toda parte*. Tradução de Korber, R., Gruetzmacher, J. e Mandel, L. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

mundial causando a chamada *Global Land Rush*¹⁹. Assim, a China, através de empresas como, por exemplo, a *China State Farms Agrobusiness Corporation*, a *ZTE Agrobusiness Company Lda* e a *Hubei Agrobusiness Group*, entrou nesta onda global desenvolvendo projetos de agricultura de exportação em Camarões, RDC, Madagascar, Moçambique, Mali, Nigéria, Serra Leoa, Zâmbia e Zimbabwe; produzindo, como se refere Bräutigam (2015), açúcar, algodão, borracha, cogumelos, arroz, cereais, estêvia, óleo de palma, sementes oleaginosas, milho, tabaco, trigo, soja e sisal, entre outras.

Os investimentos da China no setor das telecomunicações em África tem vindo a crescer com notabilidade. Neste sector, a China está também a lançar seus investimentos neste setor. Empresas como *Lenovo*, *Huawei Technologies Co (Huawei)*, *StarTimes Software Technology (StarTimes)* e *Zhongxing Telecommunications Equipment Company (ZTE)* estão a conquistar o mercado africano quer por via de fornecimento de equipamentos quer através de prestação de serviços. Por exemplo, a *ZTE* ganhou um concurso para executar tanto o projeto de transmissão de fibra-ótica na Etiópia orçado em US\$1.600 milhões como o de expansão e aumento da frequência para 4G da rede móvel, com US\$ 800 milhões.

A *Huawei* já tem representações regionais com diretores executivos na África do Sul e no Egipto. Tem, igualmente, escritórios em Argélia, Tunísia, Mauritânia, Nigéria, Uganda, Quénia, Angola, Zâmbia, Zimbabwe, Botswana, Moçambique e Maurícias (Rukato, 2016). Paralelamente a isso, de 2012 a 2014, a *Exim Bank* e o *CAD Fund* financiaram a expansão da *StarTimes* com US\$223 milhões, sendo Quénia, Nigéria, Ruanda e Uganda os primeiros a comprar bens e serviços; no mesmo ano, a empresa ganhou contrato de US\$133 milhões financiados pela *Exim Bank* em forma de crédito para executar o projeto de migração digital de Rádio e TV em Moçambique (Rønning, 2014; Nhamirre, 2014).

4. Impacto das RESA em África: crenças e realidades

O impacto das RESA é um debate atual e polémico. Neste trabalho confrontam-se dois discursos: o político proferido pelos GA com o científico construído por académicos. O primeiro apresenta é otimista ao crer que a China traz esperança de

¹⁹ Cf. Arezki, R., Deininger, K. e Selod, H. (2015), *What drives the Global 'Land Rush'? The World Bank Economic Review*, vol. 29, págs. 207 a 733.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

futuro melhor enquanto o segundo é crítico e sético ao considerar que o modelo RFI, imposto pela China, é vetor do *novo neocolonialismo*, pois configura novas formas do colonialismo.

Em 23 de janeiro de 2008, o Presidente Senegalês, Abdoulaye Wade, disse à *Financial Times*²⁰ que “a abordagem chinesa às necessidades africanas é melhor adaptada que a abordagem lenta e às vezes paternalista dos europeus. Com apoio direto, créditos e contratos razoáveis, a China ajuda as nações africanas na construção de infraestruturas em tempo recorde. Em muitas nações africanas, incluindo o Senegal, a melhoria na infraestrutura tem um papel capital no estímulo ao crescimento econômico”. Contudo, no seu artigo, com o título *De la françafrique à la Chinafrique: Quelle coopération pour le développement de l’Afrique?* Demaze (s/d) considera que as antigas colônias francesas, das quais Senegal faz parte, saltaram do velho neocolonialismo para o novo neocolonialismo chinês ao considerar que os fins da China não diferem dos que a França usa para explorar a África.

Outros políticos que entram no debate são: o ex-Presidente etíope, Meles Zenawi, e o Ministro de Relações Exteriores de Djibouti, Mahamoud Ali Youssouf. O primeiro disse, em 2011, que “a China traz para África mensagem de otimismo e de esperança e inaugura era de liberdade” (Al Mariam, 2017). O segundo, ao reagir às críticas de Rex Tillerson sobre o RFI, disse: “Nós não estamos preocupados, pois nenhum país pode desenvolver-se sem ter uma infraestrutura forte. E, a China é, nessa perspectiva, um parceiro muito bom”. Todavia, muitos autores dentre os quais Lancaster (2007) e Chichava & Alden (2010) dizem que os GA consideram a China parceiro estratégico porque sua ajuda, créditos e investimentos não têm a ver com princípios de boa governação, transparência e respeito aos Direitos Humanos.

Por seu turno, o Primeiro-Ministro do Lesotho, Pakalith Mosisili, afirma que o FOCAC representa “um marco cheio de esperança para África”. Este louvor de Mosisili foi secundado pelo Presidente de Togo, Faure E. Gnassingbe, ao afirmar que “o altruísmo chinês é estrume que fertiliza as relações sino-africanas, o futuro de África depende da China”. No entanto, olhando para os efeitos da pesca ilegal reportada pela

²⁰ Cf. Financial Times (2008). *Time for the West practice what it preaches*. Consult.13set.2018. Disponível em: <https://www.ft.com/content/5d347f88-c897-11dc-94a6-0000779fd2ac>.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Greenpeace em 2011 e 2015; para a desflorestação, erosão, poluição resultante do extrativismo avaliados por Reed & Miranda (2007); para o impacto causado pela de expropriação de terra ao nível das comunidades locais; para o perecimento do setor têxtil e de construção civil devido à concorrência desleal, entre outros malefícios, não se vislumbra tal altruísmo e nem esperança alguma.

No seio dos muitos GA há uma crença segundo a qual o investimento chinês traz emprego para os cidadãos africanos. Entretanto, sabe-se que a *“China importa muitos trabalhadores da China e os poucos contratados em África recebem salários muito baixos”* (Xiaoyang, 2016:107 e 21), ou seja, *“os chineses constroem grandes infraestruturas, mas eles próprios levam o trabalho”* (Gehrold & Tietze, 2011: 98). Além disso, o trabalho oferecido aos africanos é sazonal e, em muitos casos, realiza-se não apenas em precárias condições de higiene e segurança, mas também geralmente em ambientes de discriminação racial, de violência física e psicológica (Feijó, 2012).

Outra crença que existe no seio dos GA é que as RESA produzem os chamados “ganhos mútuos”. Todavia, essa crença não alinha com a tese segundo a qual *“os investimentos chineses não produzem ganhos mútuos”* (Ayithey, 2017), porque *“antes de investir os chineses fazem a equação dos benefícios para obter fabulosos ganhos”* (French, 2014). Aliás, *“os chineses não são investidores mas exploradores que não acrescentam valor à vida dos pobres africanos porque levam tudo”* (Sata apud Ayithey, 2017), e, se os africanos não forem cautelosos, poderão ser engolidos pela China (Lumumba apud Gemnation, 2018).

Obviamente, não são todos os GA que vêm as RESA com otimismo, ou seja, há quem não olha a China como altruísta e muito menos salvadora de África. Por exemplo, o Primeiro-Ministro Zimbabueano, Arthur Mutambara, disse que *“as nações não movidas por altruísmo, nações não movidas por caridade. África tem recursos e não pode sentar a mesa pela caridade, mas para economia. Os africanos devem fazer bem para si próprios, corrigir seus erros económicos e serem bem-sucedidos”* (Inahko, 2012). Uma outro olhar diferente vem do Jacob Zuma, ex-Presidente sul-africano, este considera que *“a natureza desequilibrada dos crescentes laços comerciais de África com a China é insustentável a longo prazo”* (Ibid.).

Elefante esfolado mais de duas vezes

No âmbito das RESA, a China tem vindo a desenvolver muitos projetos e a vários níveis em África: envia médicos para combate de ébola, malária e VIH-SIDA e outras enfermidades, concede bolsas a estudantes africanos, perdoa dívida, realiza missões humanitárias, financia infraestruturas através de créditos, e investe em vários setores com destaque ao extrativo. Aliás, foi graças ao seu investimento no setor petrolífero que o PIB de Angola e Sudão atingiram 10.6% e 11.3% em 2011 e 2007 respetivamente. Mas, há fatos muito críticos que visualizam o lado predador e que suscitam uma reflexão profunda por parte dos GA.

Primeiro, o modelo RFI não apoia diversificação das economias africanas, pois grande parte do investimento concentra-se no setor extrativo, negligenciando outros sectores económicos. Isto faz com que as economias africanas dependam da exportação de matérias-primas e ao mesmo tempo sejam vulneráveis em relação às crises das *commodities*. O caso angolano é exemplo disso: o *Exim Bank* e o CADB concederam créditos preferenciais para a construção de infraestruturas cujo reembolso foi convertido em petróleo, mas, quando o preço de petróleo caiu, em 2015, o orçamento angolano sofreu enorme pressão comprometendo profundamente o Plano Nacional de Desenvolvimento (Sande, 2016: 8-9) e, ao mesmo tempo, tornando inevitável a precariedade social.

Segundo, exportação de créditos e endividamento. Ao exporta créditos para a construção de infraestruturas em troca de recursos naturais ou com garantias de ativos importantes, a China amarra países devedores à sua “armadilha da dívida” ou “servidão da dívida”; por isso diz-se que a China está a construir “império da dívida” (Cann, 2018), “diplomacia da armadilha da dívida” (Connars, 2018), “colonialismo da dívida” (Tang, 2018) ou “imperialismo credor” (Chellaney, 2017). Em consequência disso, os estados caídos na “armadilha da dívida” perdem seus ativos ou recursos valiosos e soberania a favor da China. Como ilustra a gráfico 8, nos últimos 17 anos, empréstimos chineses em África cresceram. Assim, estima-se que, de 2000 a 2017, a China tenha concedido mais de US\$136 bilhões de créditos aos governos africanos dos quais entre US\$100 e 130 bilhões estão ainda em dívida (Nwogu, 2018). Dos 10 países mais endividados (tabela 2), estão na ou à beira “armadilha da dívida” a Zâmbia, o Djibouti e o Quênia: no primeiro, China poderá levar a empresa de eletricidade ZESCO (África

Confidential *apud* Lusaka Times, 2018) ou outros ativos nacionais; no segundo, tendo dívida de alto risco, que ronda entre 85 e 90% do PIB anual (Hurley, Morris & Portelance, 2018), prevê-se que a China leve o porto de Doraleh (Connars, 2018); e no terceiro, devido a elevada dívida, aliada a incapacidade de amortização, a China poderá ficar com o porto de Mombaça, como o fez com o de Hambantota, em Sri-Lanka (Chellaney, 2017).

Terceiro, concorrência desleal e o *dumping*. A China inunda o mercado africano com bens e serviços a preços baixos aniquilando empresas e iniciativas locais. No sector têxtil, por exemplo, assiste-se que têxteis chineses abarrotam mercados locais com preços baixíssimos, fato que causou protestos em Kano e Dakar, em 2015. Com efeito, a África está cada vez menos capaz de conter o fluxo de têxteis chineses e, em consequência disso, fábricas estão a fechar um pouco por todo continente. Por exemplo, “das 500 fábricas têxteis que funcionavam em Kano em 1982 restam hoje menos de 100, sendo que a produção caiu de 8% na década de 2000 para 5 em 2012; Em Gana, das 20 fábricas que empregavam 20 mil trabalhadores ficaram apenas 4 fábricas com 3 mil trabalhadores; no Lesotho, entre 2003 e 2004, cerca de 5 mil trabalhadores do setor perderam seus postos de trabalho; na África do Sul foram mais de 100 mil despedidos” (Ayttey, 2017). Um outro sector seriamente sufocado pelos chineses é o de construção civil; devido aos baixos preços, flexibilidade e uso de tecnologia avançada, construtoras chinesas açambarcaram o mercado africano. Khan & Baye (2008:8) mostram, por exemplo, que a *China Road and Bridge Corporation* (CRBC) construiu 13km de estrada em Douala por US\$18 milhões contra 30 milhões propostos por uma construtora local.

Quarto, o processo de exploração de recursos naturais, sobretudo petróleo, minérios e madeiras tem um impacto nefasto ao nível local na medida em que provoca não só deflorestação, poluição (atmosférica, dos solos e das águas) e erosão de solos, mas também a ocupação de vastas terras fazendo com que comunidades locais percam o acesso aos recursos vitais para sua sobrevivência como terra arável, pastagens, cursos de água, fato que as torna mais pobres e vulneráveis.

Quinto, nos empreendimentos chineses em África, salvo raras exceções²¹, há sempre poucos trabalhadores africanos quer nos projetos de investimento chineses assim como nos projetos dos países africanos executados por eles. Por exemplo, no projeto sudanês de construção do oleoduto de 1.610 km ligando Heglig, em Kordofan, para o porto do Sudão no mar vermelho, estiveram empregados mais de 10.000 chineses contra um número irrisório de trabalhadores sudaneses. Além disso, Além disso, em muitos casos, os equipamentos ou materiais usados na execução dos projetos de infraestruturas vêm da China.

Sexto, conflitos laborais e violação de direitos humanos. Os gestores e trabalhadores chineses violam, de forma recorrente, leis laborais vigentes e direitos humanos ao cometerem discriminação racial, agressões físicas e psicológicas e até disparos mortais contra os africanos. Na Zâmbia, por exemplo, em 2005 e 2010, gestores chineses mataram a tiro 5 e 11 grevistas nas minas de cobre em Chambishi e nas de carvão em Collum respetivamente.

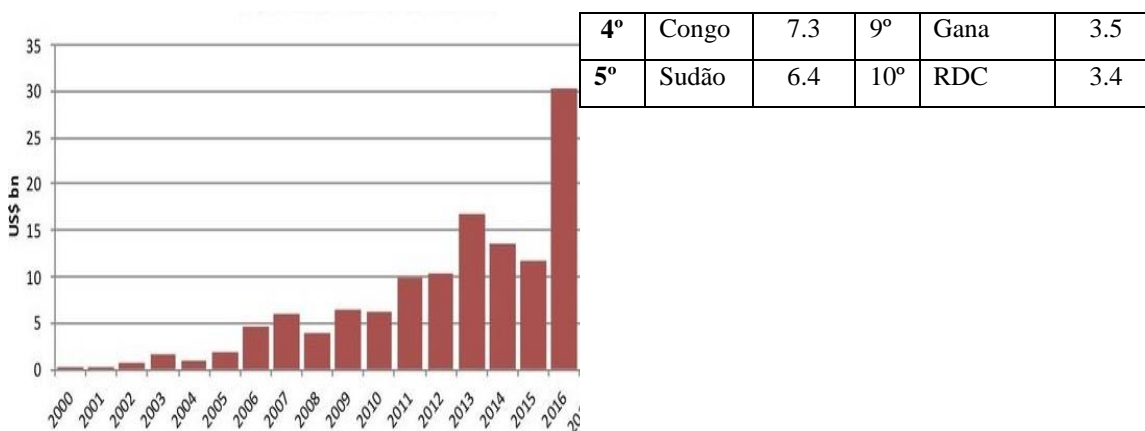
Sétimo, a qualidade das infraestruturas construídas pelos chineses é questionável. Em 2010, doentes e profissionais do hospital angolano construído pelos chineses em 2006 com US\$8 milhões foram evacuados devido ao eminente desabamento da infraestrutura (Ayittey, 2017). Em 2016, em Moçambique, o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos detetou graves problemas relacionados com má qualidade dos apartamentos da Vila Olímpica de Zimpeto construída por chineses e inaugurada em 2011, sendo que 15 famílias foram transferidas do local devido ao perigo que corriam.

Gráfico 8 - Evolução de créditos chineses em África
endividados

Tabela 2 - Os 10 países africanos mais

Nº Ord	País	Valor (bilhões US\$)	Nº	País	Valor (bilhões US\$)
1º	Angola	25	6º	Zâmbia	6.0
2º	Etiópia	13.5	7º	Camarões	5.5
3º	Quénia	7.9	8º	Nigéria	4.8

²¹ Cf. Bräutigam, Deborah (2011), *China in Africa: Seven myths*. ARI, pág. 6.



Fonte: SAIS-CARI, 2018

Fonte: Chiwanza, 2018) e Nyabuto, 2018

Os aspetos descritos acima mostram como a China explora a África, ou seja, como o *dragão* está a devorar o *elefante*. Portanto, é crítico que os GA considerem a China como promotor de desenvolvimento em África. Aliás, a História de África mostra o suficiente que colonialistas ou imperialistas vão a África não porque são altruístas ou amigos dos africanos, mas porque buscam riqueza através da exploração de recursos. As lições da História, incluindo a luta contra todas as formas de exploração, são, no mínimo, uma base axiológica para que os GA (re)pensem a África, buscando modelos endógenos. O RFI é uma clara miragem; não há evidências deste contribuir na redução da pobreza, criar de emprego permanente, transferir conhecimento e tecnologia, promover projetos sociais. Por isso, o discurso otimista dos GA, segundo o qual a China é um parceiro estratégico para o desenvolvimento, não é realista. E, ao acreditarem no RFI, os GA revelam, de forma geral, a sua falta de visão do futuro de África e, ao mesmo tempo, abrem o caminho para uma possível recolonização de África.

Considerações finais

Africanos e chineses têm relações desde o século I d.C.; a partir dos anos 1950, com a criação do RPC e realização da Conferência de Bandung, a China exportou a sua ideologia política para África, e a invita para aliar-se à luta contra o imperialismo europeu. Mas quando China tornou-se potência económica mundial, entre finais do século XX e início do XXI, tomou África como fonte de matérias-primas e mercado de bens e serviços. As RESA, baseadas no RFI, representam enorme oportunidade económica para China, pois permite-lhe importar matérias-primas para sua indústria; exportar créditos e produtos acabados usando suas empresas e mão-de-obra. Apesar de a

China apoiar setores sociais, perdoar dívida e levar a cabo missões humanitárias, as RESA, fundadas no RFI, é um mecanismos de trocas desiguais insustentáveis a longo prazo pelo fato de centrar-se na extração desenfreada de recursos naturais finitos como petróleo e minérios, devastar florestas e mares, degradar o meio ambiente, destruir a indústria e mercados locais, usurpar terras para o agronegócio, criar “armadilha da dívida”, e não contribuir no combate pobreza. Esta realidade colide com o otimismo dos GA segundo o qual China é parceiro económico estratégico que traz esperança. Os países africanos precisam de conceber seus próprios modelos de desenvolvimento em forças endógenas, passando necessariamente pela formação dos cidadãos, apropriação e proteção dos seus recursos naturais e cooperação com parceiros que acrescentam valor a esses modelos.

Bibliografia

Agbleke, Eric 2018. *Behind the Goodwill Aid: China's Neo-Colonialism in Africa*. Consult.7out.2018. Disponível em: [https://intpolicydig\(7/9/2017\)est.org/2018/05/08/behind-the-goodwill-aid-china-s-neo-colonialism-in-africa/](https://intpolicydig(7/9/2017)est.org/2018/05/08/behind-the-goodwill-aid-china-s-neo-colonialism-in-africa/).

AidData, 2015. *China and the Western Donors: More Similar than Different?* Consult.23out.2018. Disponível em: <http://docs.aiddata.org/ad4/pdfs/chinaresearch2-2.pdf>.

Al Mariam, 2017. *Chinese neocolonialism in Africa: The dragon eating the African lion and Cheetah*. Consult.7abr.2018. Disponível em: <http://almariam.com/2017/09/03/chinese-neocolonialism-in-africa-the-dragon-eating-the-african-lion-and-cheetah-part-i/>.

Alden, Chris & Davies, Martyn (2006), *A profile of the operation Chinese multinationals in Africa*, *South African Journal of International Affair*, vol. 13, págs.73 a 96.

Alden, Chris (2005), *China in Africa, Survival*, vol. 47, págs. 147 a 164.

Alden, Chris (2012), *China and Africa: The Relationship Matures, Strategic Analysis*, vol. 35, págs. 701a 707.

Alves, André Gustavo Mriranda Pineli (2010), *Os interesses económicos da China na África*. *Boletim de Economia e Política Internacional*, vol. 1, págs. 25 a 31.

AsiaTimes, 2018. *China Development Bank stakes US\$50 bn on African projects*. Consult.24nov.2018. Disponível em: <http://www.atimes.com/article/china-development-bank-puts-us50-bn-toward-african-projects/>.

Asongu, Simplice and Ssozi, John (2015), *Sino-African relations: some solutions and strategies to the policy syndromes*, African Governance and Development Institute, WP/15/013.

Ayenagbo, Kossi et al. (2012), *Sino-African economic and trade relations: Its impact and implications on the African continent*, African Journal of Business Management. vol. 6, págs. 6420 a 27.

Ayittey, George B. N., 2017. Chinese investment in Africa: “chopsticks mercantilism”. Consult.8mai.2018. Disponível em: <http://almariam.com/2017/09/27/chinese-investments-in-africa-chopsticks-mercantilism/>.

Baah, Antony Yaw e Jauch, Herbert (eds.) (2009), *Chinese investment in Africa: A labour perspective*. Accra and Windhoek. African Labour Research Network.

Bosshard, Peter (2007), *China's role in financing African infrastructure*, International River Network.

Botha, Ilana (2006), *China in Africa: Friend or Foe? China's contemporary political and economic relations with Africa*. Assignment for the Master of Philosophy, University of Stellenbosch.

Bräutigam, Deborah (2009), *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Press.

Bräutigam, Deborah (2010), *China, Africa and the International Aid Architecture*, The African Development Bank Group, Working Paper nº 107.

Bräutigam, Deborah (2011), *China in Africa: Seven Myths*. Análisis del Real Insitituto Elcano, vol. 23, 1 a 7.

Bräutigam, Deborah (2015), *Will Africa feed China?* New York: Oxford University Press.

Bräutigam, Deborah et al., (2017), *Chinese investment in Africa: How much do we know?* UKAID. Centre for Economic Policy Research. Private Enterprise Development.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Braütigam, Deborah, 2018. *Xi Jinping is visiting Africa this week. Here's why China is such a popular development partner*. Consult.10out.2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2018/07/24/xi-jinping-is-visiting-africa-this-week-heres-why-china-is-such-a-popular-development-partner/?utm_term=.7629f9765f12.

Caeiro, Alberto (2013), *Novas coisas da China- «Mudo, logo existo»*. Portugal: Publicações Dom Quixote.

Cann, Gerard du, 2018. *Empire of debt: China 'colonising' smaller countries by lending them massive amounts of money they can never repay in bid for world domination*. Consult.14nov.2018. Disponível em: <https://www.thesun.co.uk/news/7037663/china-colonising-smaller-countries-by-lending-them-massive-amounts-of-money-they-can-never-repay-in-bid-for-world-domination/>.

Carter, Becky 2017. *A Literature review on China's Aid*. Consult.19nov.2018. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a5f38d6e5274a443e00372b/177_China_aid.pdf.

Chang, Jung (2001), *Cisnes Selvagens: Três filhas da China*. Tradução de Mário Dias Correia. Lisboa: Círculo de Leitores S.A.

Chellaney, Brahma, 2017. *Imperialismo credor da China*. Consult.28out.2018. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/economistas/detalhe/o-imperialismo-credor-da-china>.

Chen, Wenjie; Dollar, David e Tang, Heiwai (2016), *Why is China investing in Africa? Evidence from the firm level*. *The Oxford Bank Economic Review*.

Chichava, Sérgio e Alden, Chris (orgs.) (2012), *A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva*. Maputo: IESE.

China Africa Research Initiative, 2018. *China-Africa Bilateral Trade Data Overview*, Johns Hopkins School of Advanced International Studies. Consult.29out.2018. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade/>.

China Power, 2017. *Where is China targeting its development finance?* Consult.12 nov.2018. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-development-finance/>.

Chiwanza, Takudzwa Hilary, 2018. *The Top Ten African Countries with the Largest Chinese Debt*. Consult.19out.2018. Disponível em: <https://www.africanexponent.com/post/9183-here-are-the-top-ten-countries-in-africa-bearing-the-largest-chinese-debt>.

Connars, Jon 2018. *A sleeping dragon rises: China's military buildup*. Consult.10nov.2018. Disponível em: <http://www.atimes.com/a-sleeping-dragon-rises-chinas-military-buildup/>.

Connars, Jon 2018. *Djibouti the latest victim of China's debt trap*. Consult.14nov.2018. Disponível em: <http://www.atimes.com/djibouti-latest-fall-victim-chinas-debt-trap-diplomacy/>.

Cooke, Jennifer (2009), *China's Soft Power in Africa*. In: McGiffert, Carola (ed.). *Chinese Soft Power and Its Implications for United States: Competition and Cooperation in the Developing World*, Washington: Center for Strategic and International Studies.

Corkin, Lucy (2013), *Uncovering African Agency: Angola's Management of China's Credit Lines*, London: Chantam House.

Crowder, Michael (2010), *A Primeira Guerra Mundial e suas consequências*. In: Boahen, Albert Adu. (ed.), *História Geral de África: África sob dominação colonial 1880-1935*. Vol. VII. Brasília: UNESCO.

Dadvar, Beriwan (2016), *China's role in African infrastructure development – Cooperation or Exploitation?* Master Programme in Economic Growth, Innovation and Spatial Dynamics, Lund University.

Dollar, David (2016), *China's Engagement with Africa: From natural resources to Human resources*, Brookings: Thornton China Center.

Dollar, David 2017. *Where is China's development really going?* Consult.12nov.2018. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/10/12/where-is-chinas-development-finance-really-going/>.

Donou-Adonsou, Ficawoyi & Lim, Sokchea (2018), *On the importance of Chinese investment in Africa*, *Review of Development Finance*, vol. 8, págs. 63 a 73.

Dorell, Oren 2018. *How China military expansion threatens U.S. interests*. Consult.10nov.2018. Disponível em:

<https://eu.usatoday.com/story/news/world/2018/05/18/how-chinas-military-expansion-threatens-u-s-interests/621385002/>.

Downs, Erica; Becker, Jeffrey and deGategno, Patrick (2017), *China's Military Support Facility in Djibouti: The Economic and Security Dimensions of China's Overseas Base*, Washington: Center for Naval Analyses.

Dzurek, Daniel (1996), *The Spratly Island dispute: Whos's on first? Maritime Briefings*, vol.2, p. 67.

Eeden, Johann van (2009), *South African Quotas on Chinese Clothing and Textiles Economic Evidence*, *Research Note Econex*, vol. 9, págs. 1 a 4.

ERA (2009), *China in Africa. A strategic overview. Executive Research Associates [Pty] Lda.*
http://www.ide.go.jp/library/English/Data/Africa_file/Manualreport/pdf/china_all.pdf

Exposeke, 2018. *Top 10 African countries with highest Chinese debt*. Consult.12nov.2018. Disponível em: <https://exposeke.com/top-10-african-countries-with-highest-chinese-debt/>.

Fanjul, Enrique (2011), *El «Consenso de Beijing»: Universalidad y particularidade del modelo chino*, *ICE La Nueva Geografia de la Internalización*, vol. 859, págs. 47-53.

Fei, John 2017. *China's Overseas Military Base in Djibouti: Features, Motivations and Policy Implications*. Consult.10nov.2018. Disponível em: <https://jamestown.org/program/chinas-overseas-military-base-djibouti-features-motivations-policy-implications/>.

Feijó, João (2012), *Perspectivas moçambicanas sobre a presença chinesa em Moçambique: uma análise comparativa de discursos de entidades governamentais, de um blog e de trabalhadores moçambicanos de Maputo*. In: Chichava, Sérgio. e Alden, Chris (orgs.), *A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva*, Maputo: IESE.

Foster, Vivien et al. (2008), *Building Bridges: China's growing role as infrastructure financier for Sub-Saharan Africa*. World Bank. PPIAF.

Galchu, Jarso (2018), *The Beijing consensus versus the Washington consensus: The dilemma of Chinese engagement in Africa*, *African Journal of Political Sciences and International Relations*, Vol. 12, págs. 1 a 9

Gamache, Lauren; Hammer, Alexander and Jones, Lin (2013), *China's trade and investment relationship with Africa, USITC Executive Briefings on Trade*.

Gehrold, Stefan and Tietze, Lena (2011), *Far from altruistic: China's presence in Senegal. KAS International Reports*, 11/2011.

Glaser, Bonne (2006), *Os temores dos EUA: o poder aumenta rapidamente*. In: Hofmeister, Wilhelm (ed.). *China por toda parte*. Tradução de Korber, R., Gruetzmacher, J. e Mandel, L. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

Godement, François (2006), *Dançando com o gigante: De como a Europa conseguirá dar conta da prosperidade da China*. In: Hofmeister, Wilhelm (ed.), *China por toda parte*. Tradução de Korber, R., Gruetzmacher, J. e Mandel, L. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro.

Gottwald, Jörn-Carsten e Schlichting, Svenja (2006), *A ditadura reguladora da economia de Mercado: O setor financeiro da China está entre a liberalização e o controle estatal*. In: Hofmeister, Wilhelm (ed.), *China por toda parte*. Tradução de Korber, R., Gruetzmacher, J. e Mandel, L. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro.

Greenpeace (2015), *Africa's fisheries paradise at a crossroads: Investigating Chinese companies illegal fishing practices in West Africa*. Greenpeace: Beijing e Dakar.

Gurjão, Rafael e Pereira, Diego (s/d), *Formação da República do Sudão do Sul e o conflito pela demarcação de fronteiras*. Brasil: UERJ.

Hees, Sander (2013), *Chinese Agrobusiness in Sub-Saharan Africa: Development or Exploitation?* Master in International Relations in Historical Perspective.

Hobson, John A. (1902), *Imperialism, a study*. New York: James Pott & Company.

Huang, Yasheng (2010), *Debating China's Economic Growth: The Beijing Consensus or The Washington Consensus, Academy of Management Perspectives*, vol. 24, págs. 31 a 47.

Hung, Ho-fung (2018), *A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global, Revista de Economia Contemporânea*, vol. 22, págs. 1 a 26.

Hurley, John; Morris, Scott and Portelance, Gaylin (2018), *Examining the Debt Implications of the Belt and Road Initiative from a Policy Perspective*. Center for Global Development Policy Paper 121.

Inahko, 2012. *China's foreign aid in Africa: A blessing or a curse?* Consult.29out.2018. Disponível em: <https://thelifeofanibman.wordpress.com/2012/11/21/chinas-foreign-aid-in-africa-a-blessing-or-a-curse/>.

Interlusófona, 2018. *Moçambique: China doa sete mil toneladas de arroz para famílias afetadas pelas chuvas*, Interlusófona. Consult.25nov.2018. Disponível em: <http://interlusofona.info/mocambique-china-doa-sete-mil-toneladas-arroz-familias-afetadas-pelas-chuvas/>.

Jiang, Yang (2016), *China's New Development Bank and Infrastructure-led Growth*, Norwegian Institute of International Affairs, vol.18, págs. 1 a 4.

Gottwald, Jörn-Carsten, G. e Schlichting, Svenja (2006), *A ditadura reguladora da economia de mercado: O sector Financeiro da China entre a liberalização e o controlo estatal*. Internationale Politik – China, China, China, vol. 12, págs. 46 a 50.

Khan, Sunday Aninpah e Baye, Francis Menjo (2008), *China-Africa Economic Relations: The Case of Cameroon*. African Economic Research Consortium, págs. 1 a 36.

Kuo, Lily and Kommenda, Niko, 2018. *The Guardian*. *What is China's Belt and Road Initiative?* Consult.12nov.2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/ng-interactive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer>.

Lai, Hongyi Harry (2007), *China's oil diplomacy: Is it a global security threat?* *The World Quarterly*, vol.28, págs. 1 a 20.

Leão, Rodrigo Pimentel Ferreira; Pinto, Eduardo Costa e Acioly, Luciana. (orgs.) (2011), *A China na Nova Configuração Global: Impactos políticos e económicos*. Brasília: IPEIA.

Lenine, Vladimir Ilich (1916), *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Tradução de Tiago Saboga. Lisboa- Moscovo: Edições Avante.

Li, Anshan (2007), *China and Africa: Policy and Challenges*, *China Security*, vol. 3, págs. 69 a 93.

Li, Anshan et al. (2012), *FOCAC Twelve Years Later: Achievements, Challenges and the Way Forward*, Peking University, School of International Studies/Nordiska Afrikainstitutet.

Li, Anshan et al. (s/d), *The Forum on China-Africa Cooperation: From a Sustainable Perspective*. World Wide Fund for Nature.

Li, Anshan (2014), *Origin of the Forum on China–Africa Cooperation*. In: Zhao, J. and Chen, Z. (eds.). *China and the International Society: Adaption and Self-Consciousness*. New Jersey: World Century Publishing Corporation.

Lijadu, Kemi 2018. *Chinese leaders visit Africa more often than you think and not always the places you expect: China's Xi Jinping Africa is the last of many*. Consult.18nov.2018. Disponível em <https://qz.com/africa/1335418/chinese-leaders-visit-africa-more-often-than-you-think-and-not-always-the-places-you-expect/>.

Looy, Judith van de (2006), *Africa and China: A strategic partnership?* Africa Studies Center, Leiden, The Netherlands. Working Paper 67.

Lopes, Bárbara Ferreira, Nascimento; Daniel Cardoso do e Vadell, Javier Alberto (2013), *FOCAC: estratégia económica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africano*. *Carta Internacional*, vol. 8, págs. 81 a 99.

Lusa, 2016. China financia Angola em mais de 7.000 milhões. Consult.13set.2018. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/detalhe/china-financia-angola-em-mais-de-7000-milhoes>.

Lusaka Times, 2018. *China to take over ZESCO – Africa Confidential*. Consult.14 de nov.2018. Disponível em: <https://www.lusakatimes.com/2018/09/04/china-to-take-over-zesco-africa-confidential/>.

Manyok, Phillip (2016), *Oil and Darfur's blood: China's thirst for Sudanese oil*, *Journal of Political Sciences and Public Affairs*, vol.4, págs.1 a 5.

Zhang, Lintao e Mariam, Alemajeyu G, 2017. *Chinese neocolonialism in Africa: The Dragon eating African Lion and Cheetah*. Consult.7out.2018. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/global-south/chinese-neocolonialism-africa>.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Mário, Tomás Vieira 2018. Programa “Pontos de Vista”. Consult.18nov.2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oiAh8lqH7iI>.

McGregor, Richard, 2018. *Mahathir, China and neocolonialism*. Consult.13nov.2018. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Opinion/Mahathir-China-and-neo-colonialism>.

Mlambo, Courage; Kushamba, Audrey and Simawu, Blessing (2016), *China-Africa Relations: What Lies beneath? The Chinese Economy*, vol.46, págs. 57 a 76.

Moyo, Dambisa (2013), *O vencedor leva tudo: a China e a corrida aos recursos*. Tradução de Nuno Fernandes. Lisboa: Bertrand Editora.

Nakkazi, Esther 2018. *China ramps up for African higher education*. Consult.25nov.2018. Disponível em: www.universityworldnews.com/article.php?story=20180907083412817.

Nhamirre, Borges (2014), *A consumação do alerta do CIP: Migração digital entregue à Empresa da Família Presidencial*. Centro de Integridade Pública, vol.2, págs. 1 a 5.

Nkrumah, Kwame (1965), *Neo-colonialism: The last stage of imperialism*. London: Thomas Nelson & Sons.

Nyabuto, John 2018. *List of African countries with highest China debt*. Consult.19nov.2018. Disponível em: <https://victormatara.com/list-of-african-countries-with-highest-china-debt/>.

Nwogu, Meziechi 2018. *How much do African countries owe China?* Consult.19nov.2018. Disponível em: <https://www.quora.com/How-much-do-African-countries-owe-China>

Olakpe, Oreva (2017), *Destination: Unravelling Nigerian migration to China. The Republic*.

Parks, Bradley 2018. *Will Chinese development projects pave the way to inclusive growth? Future Development*. Consult.18nov2018. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2018/09/11/will-chinese-development-projects-pave-the-way-to-inclusive-growth/>.

Pascoal, Ana Mititi Manuel (2013), *Impacto de cooperação Angola-China na construção de infra-estruturas e no desenvolvimento social e económico*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, Universidade de Évora.

Pereira, Rui P. (2006), *A nova política da China em África, Relações Internacionais*, vol. 10, págs. 18 a 38.

Plessis, Rudolf du (2016), *China's African infrastructure projects: A tool in reshaping global norms*, South African Institute of International Affairs. PI 35.

Reed, Eric e Miranda, Marta (2007), *Assessment of the mining sector and infrastructure development in the Congo Basin Region*. WWF. Washington

Ribeiro, Valéria Lopes (2015), *A expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros*, *Textos de Economia*, vol. 18, págs. 11 a 36.

Rønning, Helge (2014), *How much 'Soft Power' does China have in Africa?* International Conference on China and Africa Media, Communications and Public Diplomacy. Beijing, 10-11 September. Center for Global Media & Communication Studies, CHR Michelsen Institute.

Rühl, Lothar (2005), *Uma longa partida de xadrez: Realidades e perspectivas da política militar chinesa*, *Internationale Politik – China China China*, vol.12, págs. 65 a 71.

Rukato, Wadeisor 2016. What Huawei has done right in Africa: From Africa to China. *From Africa to China - Analysis Development, Economy*. Consult.15abr2018. Disponível em: <https://fromafricatochina.com/2016/08/10/what-huawei-has-done-right-in-africa/>.

SABC, 2018. *Lumumba unpacks Africa, China trade relations*. Consult.23nov.2018. Disponível em: <http://www.sabcnews.com/sabcnews/lumumba-unpacks-africa-china-trade-relations/>.

Sande, José R. (2016), *A Redução do preço de petróleo e o seu impacto sócio económico em Angola*. Consult.25maio2018. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/JosRosaSande/a-reduo-do-preo-de-barril-de-petrleo-e-o-seu-impacto-socio-econmico-em-angola-jos-rosa-sande>.

Sandschneider, Eberhard (2006), *Como tratar um dragão: sobre o trato do Ocidente com o complicado parceiro chinês*. In: Hofmeister, Wilhelm (ed.). *China por*

toda parte. Tradução de Korber, R., Gruetzmacher, J. e Mandel, L. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer.

Sant'ana, Nanahira de Rebelo e (2008), *A China e os "PALOP": Uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos países de língua oficial portuguesa*. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília.

Sapo, 2017. *China doa três milhões de euros de arroz à Presidência de Guiné-Bissau*. Consult.25nov.2018. Disponível em: <https://noticias.sapo.cv/actualidade/artigos/china-doa-tres-milhoes-de-euros-de-arroz-a-presidencia-da-guine-bissau>.

Schiere, Richard; Ndikumana, Leonce and Walkenhorst, Peter. (eds.) (2011), *China and Africa: an Emerging Partnership for Development?* Tunisia: Africa Development Bank

Shelton, Garth e Paruk, Farhana (2008), *The Forum on China-Africa Cooperation: A strategic opportunity*. Monography 156.

Staff Writer, 2018. *Prof. Patrick Lumumba warns of China relations*. Consult.23nov.2018. Disponível em: <https://www.gemnation.news/prof-patrick-lumumba-warns-of-africa-china-relations/>.

Stahl, Anna Katharina (2016), *China's relations with Sub-Saharan Africa*. Foundation for European Progressive Studies. FEPS/IAI Working Paper 16/22.

Sternfeld, Eva e Waldersee, Christoph Graf von (2006), *A situação do meio ambiente na China: Oportunidades económicas a partir da crise ambiental*. Em: Hofmeister, Whilhem (ed.), *China por toda parte*. Tradução de Korber, R., Gruetzmacher, J. e Mandel, L. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer.

Su, Abdoukadre Ado Zhan (2016), *China in Africa: a critical literature review*, *Critical Perspectives on International Business*, vol. 12, págs. 40 a 60.

Sun, Helen Lei (2011), *Understanding China's Agricultural Investments in Africa*, *South Africa Institute of International Affairs*, OP nº 102.

Sun, Yun & Rettig, M. 2014. *The American and Chinese trade with Africa: Rhetoric vs. reality*. Consult.29out2018. Disponível em: <https://thehill.com/blogs/pundits-blog/international/214270-american-and-chinese-trade-with-africa-rhetoric-vs-reality>.

Sun, Yun 2014. *China's Aid to Africa: Monster or Messiah*. Consult.17nov.2018. Disponível em: <https://www.brookings.edu/opinions/chinas-aid-to-africa-monster-or-messiah/>.

Taylor, Ian (2006), *China's oil diplomacy*, *The Royal Institute of International Affairs*, vol. 82, págs. 937 a 959.

The Zambian Observer, 2018. *China to take over ZESCO – Africa Confidential*. Consult.14nov.2018. Disponível em: <https://www.zambianobserver.com/china-to-take-over-zesco-africa-confidential/>.

Turner, N. B. et al. (2014), *Is China an imperialist country? Considerations and evidence*. Consult.17ago.2018. Disponível em: <http://www.bannedthought.net/International/Red-Path/01/RP-8.5x11-IsChinaAnImperialistCountry-140320.pdf>.

Vakrushev, V. (1975), *Neocolonialismo e seus métodos*. Tradução de Lopes d'Azevedo. Lisboa: Prelo Editora.

Visentini, Paulo G. Fagundes e Oliveira, Guilherme Ziebell de (2012), *As relações sino-africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades*, Século XXI, vol. 3, págs. 25 a 40.

VOA, 2013. *Pescas: China acusada de “fazer batota” em África*.

Consult.13out.2018. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/china-fisheries/1641648.html>

Wei, Yang (2014), *Admiral Zheng He’s voyages to the “West Oceans”*. *Education about Asia*. vol. 19, págs. 26 a 30.

Wengraf, Lee 2018. *China vs the US: The new imperial scramble for Africa*. Consult.7out.2018. Disponível em: <https://www.redpepper.org.uk/china-vs-the-us-the-new-imperial-scramble-for-africa/>.

Whole Angel, 2018. *Red Chine’s Imperialism: Era of Emperor Xi Jinping*. Consult.10out.2018. Disponível em: <https://wholeangel.com/2018/02/27/red-chinas-imperialism-era-of-emperor-xi-jinping/>.

William & Mary, 2018. *AidData study looks at impact of Chinese infrastructure projects*. Consult.18nov.2018. Disponível em: <https://www.wm.edu/news/stories/2018/aiddata-study-looks-at-chinese-infrastructure-projects,-diffusion-of-economic-activity-in-developing-countries.php>.

Xiaoyang, Tang (2016), *Does Chinese employment benefit Africans? Investigating Chinese enterprises and their operations in Africa*, *African Studies Quarterly*. vol.16, págs. 107 a 128.

Xinhua, 2016. *China, Gambia resume diplomatic ties*. Consult.23nov.2018. Disponível em http://www.xinhuanet.com/english/2016-03/17/c_135198850_2.htm.

Yamashiro, J. (1964), *Pequena história do Japão*. São Paulo. Editora Herder.

Zafar, Ali (2007), *The Growing Relationship between China and Sub-Saharan Africa: Macroeconomic, Trade, Investment, and Aid Links*, *The World Bank Research Observer*, vol. 22, págs. 103 a 130.

Zego, Alizia Lima da Luz (2010), *Relações sino-africanas contemporâneas: Uma análise de dois casos distintos: Angola e Cabo Verde*, UFRGS: Relações Internacionais.

Recebido: 20/11/2020. Aceito: 11/12/2020.

Autor:

Jafar Silvestre Jafar - Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento pela *Sapienza University of Rome* e doutor em Pós-Colonialismos e Cidadania Global no CES, Universidade de Coimbra. UNIROVUMA, Moçambique.

E-mail: marrongane@gmail.com



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.

ISSN 2594-8806